

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECONPR

27º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

TÍTULO DA MONOGRAFIA: DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LUIZIANA NO PERÍODO 2010-2015: ESTUDO DE CASO DE MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: CHAMEGO

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE (X)

ECONOMIA PURA OU APLICADA ()

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a o município de Luiziana, sua emancipação política e os reflexos econômicos e sociais no período 2010-2015. A pesquisa iniciou a partir das considerações sobre os municípios brasileiros, em que foi tratado sobre a institucionalização, emancipação e perfil. No estudo sobre o perfil do município de Luiziana foi verificada a sua extensão territorial e sobre o comportamento econômico, social e demográfico dos municípios. Em outro momento foi estabelecido um o comparativo entre os municípios emancipados para abordar as principais variáveis socioeconômicas que nos levaram a discussões relacionadas à produção, população, finanças públicas e indicadores sociais. Depois de analisadas as diversas variáveis que levaram ao término do trabalho ficou visivelmente nítida as potencialidades do município de Luiziana. Metodologicamente foi utilizado o referencial teórico no âmbito da Economia e de outras ciências quando necessário, além da coleta de dados secundários do Ipardes e IBGE. Ao final do trabalho as pesquisas indicaram a relevância do município de Luiziana que demonstrou as potencialidades e as dificuldades econômicas e sociais, bem como as vantagens socioeconômicas e demográficas sobre os municípios emancipados da região, pois, apresenta, proporcionalmente, números mais significativos, porém nem sempre com o melhor desempenho.

Palavras-Chaves: Município de Luiziana. Agropecuária. Finanças Públicas.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Brasil: Evolução do número de municípios das regiões e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas décadas de 1960 a 2010.	18
Tabela 2 – Brasil, Municípios - População Total, Urbana e Rural, 2000.....	19
Tabela 3 – Luiziana: População Censitária Total, Urbana e Rural – 1991, 2000 e 2010.....	41
Tabela 4 – Luiziana: População Economicamente Ativa Total, Urbana e Rural nos anos de 1991, 2000 e 2010.	42
Tabela 5 – Luiziana: População Ocupada Total, População Ocupada Urbana e Rural- 2000 e 2010	43
Tabela 6 – Luiziana: Grau de Urbanização (%)- 2000/2007/2010.....	43
Tabela 7 – Luiziana: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	45
Tabela 8 – Luiziana: Índice de Gini Geral–1991/2000/2010.	46
Tabela 9 – Luiziana: Produto Interno Bruto a preços correntes e per capita com valores deflacionados a preços constantes de 2013, período de 2010 a 2013.	47
Tabela 10 – Luiziana: Evolução do Valor Adicionado Bruto a preços Básicos em valores deflacionados a preços constantes de 2013, período de 2010 a 2013(R\$ 1.000,00).....	49
Tabela 11 – Luiziana: Evolução do Valor Adicionado Fiscal em valores deflacionados a preços constantes de 2015, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).....	50
Tabela 12 – Luiziana: Financiamentos na Agricultura e Pecuária com valores deflacionados a preços constantes de 2015, periodo 2010 a 2015.	51
Tabela 13 – Luiziana: Valor Bruto da Produção no período de 2010 a 2015 em valores deflacionados a preços constantes de 2015 (R\$ 1,00).....	52
Tabela 14 – Luiziana: Evolução das Receitas Municipais em valores deflacionados, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).....	54
Tabela 15 – Luiziana: Evolução da Receita Tributaria período de 2010 a 2015 em valores deflacionados a preços constantes de 2015 (R\$ 1,00).....	55
Tabela 16 – Luiziana: Evolução das Transferências Constitucionais, período 2010 a 2015 em valores deflacionados (R\$ 1,00).....	56
Tabela 17 – Luiziana: Relação da arrecadação do ICMS e a Transferência do FPM, período de 2010 a 2015, em valores deflacionados, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).....	57

Tabela 18 – Luiziana: Evolução das Despesas Municipais em valores deflacionados, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).....	58
Tabela 19 – Luiziana: Despesas por Função, período 2010- 2015 (valores nominais R\$1,00).....	59
Tabela 20 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Índices Sociais dos municípios de pequeno porte, 2010.	63
Tabela 21 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Índices Demográficos dos municípios emancipados, 2010.	64
Tabela 22 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Produto Interno Bruto a preços correntes e per capita dos municípios emancipados, 2013 (em Reais).	66
Tabela 23 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Receitas e Despesas dos municípios emancipados, 2015 (R\$ 1,00).....	68
Tabela 24 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Estabelecimentos nos municípios emancipados, 2015 em quantidade.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Paraná: Número de municípios criados entre 1987 a 1998.....	20
Quadro 2 – Brasil: Principais Indicadores de preços para correção de valores	24
Quadro 3 – Brasil: Sistemas de indicadores sociais e suas propostas analíticas.....	26
Quadro 4 – Mesorregião Centro Ocidental: Municípios emancipados no período 1987- 1992.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Luiziana: Fatores que motivaram a emancipação do município, 2015	35
Gráfico 2 – Luiziana: Serviços públicos que melhoraram após a emancipação, 2015.....	36
Gráfico 3 – Luiziana: Despesas por Função em valores deflacionados a preços constantes de 2015, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).	60
Gráfico 4 – Luiziana: Comparativo de Receita total e Despesa total, período de 2010 a 2015.	61
Gráfico 5 – Luiziana: Comparativo do Valor Bruto da Produção durante o ano de 2015.	67

LISTA DE SIGLAS

BACEN	– Banco Central do Brasil
BPC	– Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
CAGED	– Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CF	– Constituição Federal
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	– Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	– Centros de Referência Especializada de Assistência Social
CREAS	– Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua
POP	
DAMEF	– Declaração Anual de Movimento Econômico e Fiscal
DATASUS	– Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
FPE	– Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPEX	– Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados
FPM	– Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	– Índice de exclusão social
IGP	– Índice Geral de Preço
IGP-DI	– Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	– Índice Nacional de Preços ao consumidor
IPA-M	– Índice de Preço por atacado
Ipardes	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao consumidor amplo
IPC-M	– Índice de Preço ao consumidor
IPI	– Imposto sobre produtos industrializados
IPTU	– Imposto Predial Territorial Urbano
IR	– Imposto de Renda

IRRF	– Imposto de Renda Retido na Fonte.
ISS	– Imposto Sobre Serviços
ISSQN	– Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	– Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos
ITR	– Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
OCDE	– Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico
PEA	– População economicamente ativa
PIA-	– Pesquisa Industrial Anual
PIB	– Produto Interno Bruto
PIM-PF	– Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
PNUD	– Programa das nações unidas para o desenvolvimento
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
RCL	– Receita Corrente Líquida
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
VAB	– Valor Acrescentado Bruto
VAF	– Valor Adicionado Fiscal
VBP	– Valor Bruto da Produção

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DOS MUNICÍPIOS.....	13
2.2	INSTITUCIONALIZAÇÃO MUNICIPAL – ESCALA LOCAL	14
2.3	O MUNICÍPIO NO BRASIL	16
2.3.1	Constituição de 1988 e o Processo de Emancipações de Municípios até 1996	17
2.4	PEQUENOS MUNICÍPIOS, PROCESSO DE GESTÃO E O PLANEJAMENTO ECONÔMICO	20
2.5	INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	22
2.5.1	Medidas Econômicas	22
2.5.2	Medidas de indicadores sociais.....	24
2.5.3	Índices Econômicos e Sociais como Ferramenta no Planejamento Municipal	26
2.6	FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	28
3	METODOLOGIA.....	32
4	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	34
4.1	PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZIANA	34
4.1.1	Aspectos Econômicos e Sociais do Município de Luiziana	38
4.2	DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS	40
4.3	DADOS ECONÔMICOS	46
4.4	COMPARATIVO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS DA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL: A PARTIR DE LUIZIANA.....	62
4.4.1	Dados Demográficos e Sociais.....	62
4.4.2	Atividades Econômicas.....	66
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

No cenário nacional, os pequenos municípios, considerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como sendo aqueles com até 20 mil habitantes são a grande maioria e que muito representam social e economicamente para o país. Dentre eles se encontra o município de Luiziana – Paraná que faz parte dos quatro municípios emancipados mais recentemente na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, mais especificamente entre 1987 e 1992.

Diante desses fatos e pelo conhecimento pessoal como parte integrante da população desse município, a escolha para desenvolver o presente trabalho ocorreu pelo interesse em contribuir com o município de Luiziana na busca do seu desenvolvimento de uma forma que se abordasse levantamento de dados e análises desde o processo de emancipação até os resultados os resultados sociais, demográficos econômicos.

A grande motivação na elaboração desse trabalho, apesar das peculiaridades existentes em cada município, está em identificar os reflexos econômicos e sociais do município de Luiziana e como se processou resumidamente a sua emancipação política.

Borges (2009) coloca que o desenvolvimento econômico e crescimento de uma região, de uma cidade são em grande parte determinados pela capacidade de percepção das transformações que ocorrem em seu entorno. Esta percepção é um importante sinalizador de possíveis oportunidades que podem promover a melhora dos indicadores econômicos dos municípios através, por exemplo, de uma mobilização das suas potencialidades.

O município de Luiziana que se caracteriza como município de pequeno porte emancipado na década de 1980, tem como desafio em seu processo de gestão e planejamento promover o desenvolvimento sócio econômico. Nesse contexto, qual a dinâmica socioeconômica do município no período 2010-2015 e qual sua posição em relação a outros municípios de pequeno porte da Mesorregião Centro Ocidental?

Constitui objetivo desse trabalho é de como se comportou o município na condição de pequeno porte e que passou por processo de emancipação política mais recentemente, quanto a sua evolução demográfica, econômica e social. Pretendemos examinar as possibilidades de crescimento e as perspectivas diante dos desafios inerentes aos pequenos municípios diante da problemática política e econômica que mobiliza o país nos últimos anos.

Metodologicamente, utilizamos material científico bibliográfico, tais como livros, teses e dissertações para auxiliar na fundamentação teórica, além de dados primários e

secundários, através de banco de dados dos Institutos Oficiais do Brasil, tais como IBGE e Iparde que serão fundamentais para atingir os objetivos e responder a pergunta do problema.

Partindo desses pressupostos pretende-se chegar aos resultados e analisá-los para posteriormente concluir o trabalho e contribuir com o município. Assim, pretendemos que esse trabalho se torne uma referência na programação de políticas públicas de geração de emprego e renda e acima de tudo que ajude a promover o desenvolvimento econômico local.

Em função de retratarmos sobre o município emancipado, julgamos a necessidade de mostrar mais ao final desse material científico uma breve comparação com algumas variáveis sociais, demográficas e econômicas entre os quatro municípios emancipados da região de Campo Mourão, que são Farol, Luiziana, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste, com a finalidade de mostrar, principalmente, as condições em que o município de Luiziana se encontra.

Assim, propomos a discussão dos problemas comuns e estratégias de desenvolvimento, levando-se em conta os focos demográficos, sociais e econômicos, sobre tudo em relação às riquezas e as finanças públicas. Daí a importância de traçar esse comparativo, levando-se em consideração a representatividade desses municípios, no cenário econômico local e regional.

Ao investigar o perfil socioeconômico do município de Luiziana há necessidade de reconhecer os atores que alteram as relações locais, propulsores de novas dinâmicas; e a importância de políticas de manutenção urbana e de redução de desigualdades sociais. Nesse sentido serão extremamente valiosas as participações das teorias para o fortalecimento da própria produção e gestão pública.

Instrumentos quantitativos, como o Produto Interno Bruto – PIB, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M e as Finanças Públicas tem a finalidade de mostrar uma realidade mais próxima do que está acontecendo no município. Além disso, a questão das diversidades entre os municípios emancipados podem permitir uma análise da situação atual de Luiziana e também visualizar a expectativa de identificar as dificuldades e as suas potencialidades.

A monografia está estruturada em quatro capítulos, além dessa parte introdutória e das considerações finais. O segundo capítulo compreende um levantamento bibliográfico e tem o foco nos fundamentos teóricos com abordagem sobre o município quanto à institucionalista, emancipação política, planejamento de pequenos municípios, além de retratar sobre os indicadores econômicos e sociais e relevante enfoque sobre as finanças públicas municipais.

O terceiro capítulo inclui um levantamento sobre o perfil do município de Luiziana sendo explorado o histórico, economia local e as questões sociais. O quarto capítulo um levantamento bibliográfico e banco de dados para posterior elaboração da análise de resultados. No quinto capítulo serão discutidos os resultados como forma de identificar as potencialidades econômicas e sociais do município de Luiziana e um comparativo entre os municípios emancipados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, nos propusemos a constituir um nível de estudos que considere sobre os fundamentos teóricos mais adequados ao tema desse trabalho de conclusão de curso, no qual abordaremos assuntos desde a história dos municípios no Brasil, Paraná e no objeto principal dessa pesquisa o município de Luiziana que está localizada no Estado do Paraná, onde inclusive trataremos dos pontos principais do processo de emancipação política.

Em sequência estabeleceremos a conversação científica em diversos autores que versam sobre os indicadores econômicos e sociais que serão utilizados nos dados estatísticos e suas respectivas análises no processo de evolução desse trabalho.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DOS MUNICÍPIOS

Neste item retratamos sobre a origem histórica dos municípios, apontando o surgimento para uma melhor compreensão do tema para darmos continuidade no estudo proposto.

Para melhor compreendermos como surgiram os primeiros agrupamentos, posteriormente, os municípios, é necessário resgatarmos das suas origens para recuperar embasamentos de forma resumidos a sua trajetória no espaço temporal ao longo da história.

Para Maia (1883, p. vii) o espírito municipal se confunde com o espírito público, ou seja: “Dê-se ao município a posse de si mesmo, e ele saberá incutir no espírito público o sentimento do dever e da responsabilidade que tornam o civismo espontâneo e resistem a todo o gênero de opressões”.

No entendimento de Maia (1883) o elemento municipal deve ser observado, antes de tudo, em sua composição histórica, e explica:

No estudo da instituição municipal não se póde prescindir da sua historia. Sobre a vantagem do methodo, acresce a de mostrar-se pelo factos que o governo local em sua origem, como em sua constituição definitiva, não foi uma liberalidade do poder, conforme pretendem os sectários da centralização administrativa; mas um direito adquirido e imposto pela energia moral dos povos que estavam em condições do exercêl-o. (MAIA, 1883, p. 3).

Maia (1883) retrata sobre a origem dos municípios, na qual enfatiza o poder do povo, na conquista de sua liberdade de organização local e isso, para ele, ocorreu na história dos

municípios, nos diversos reinos e países por onde existiu e difundiu-se, desde o Império Romano.

É oportuna a apreciação de estabelecermos a distinção entre cidade e município, pois se acredita que sob o aspecto formal, o município é a entidade territorial local investida de autonomia. Assim, não se pode perder de vista, a distinção conceitual entre a cidade e o município, pois muitas vezes os dois se confundem (SOUZA, 2016).

Paloni (2008) argumenta que município é a instituição criada a partir de Roma, pois é uma entidade jurídica em relação a uma unidade hierarquicamente superior desde as suas origens pelo Direito Romano.

Segundo Souza (2016) a cidade é uma realidade social, territorial e econômica; o município é, ao contrário, uma realidade que surge por um reconhecimento atributivo de caráter jurídico a respeito daqueles elementos. Assim o município está vinculado à existência de um governo local, e este por sua vez, no arranjo político institucional atual, atrelado à presença de poder público, dentro do território brasileiro.

A seguir, apresentamos uma discussão a respeito da sobreposição e inter-relação entre as escalas territoriais: nacional, estadual e municipal.

2.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO MUNICIPAL – ESCALA LOCAL

O debate acerca das escalas territoriais e suas interações nos ajuda na compreensão da atual dinâmica do espaço sobre como o mesmo ocorre na sociedade. Dessa maneira, segundo Vainer (2001) o entendimento dessa dinâmica requer uma discussão, mesmo que breve, sobre como a mesma se processa, uma vez que a dinâmica espacial do país está diretamente relacionada às escalas territoriais.

Para Smith (1990), a escalaridade da vida cotidiana está impressa e expressa em todas as configurações escalares, desde o nosso corpo até o internacional, passando pelo comunitário, urbano, regional. Smith vai mais além e diz que as escalas não são dadas, mas atuam como objeto de confronto a definição das escalas prioritárias.

Raffestin (1993) conceitua que no Brasil, o município é definido como uma unidade da federação, sendo concebido como território com fronteiras delimitadas, mas que comporta

em múltiplas relações, proporcionando a interação entre o homem e o espaço. Assim é possível avaliar que é no território¹ que se encerram as relações marcadas pelo poder.

Para Markusen (1995), a particularidade de articulação das escalas local e global, sem a obrigação da intermediação de escalas intermediárias, é fruto da melhoria do sistema de comunicações e do rápido acesso a informação. Considera, ainda, que este processo tende a aumentar as diferenças e desigualdades entre as regiões de um mesmo país, aumentando a competição entre as localidades ao invés de provocar a homogeneização dos espaços econômicos nacionais.

Florida (1995) considera que a natureza das transformações econômicas e sociais torna a região como ponto chave na economia globalizada. No cerne, globalização e regionalização são partes de um processo único de transformação econômica e social.

Como temos observado ao longo das últimas décadas a globalização é um fenômeno que altera significativamente os meios produtivos, as relações técnicas e sociais e produção, padrões organizacionais e, conseqüentemente, as escalas territoriais (FLORIDA, 1995). De outro lado, Brenner (1998) salienta que estas mudanças têm profundo impacto nas relações internacionais e nas escalas territoriais. Harvey (1989) denominou de compreensão do espaço-tempo, que, por sua vez, tem ocasionado demasiadas alterações estruturais. Estas mudanças estruturais direcionadas para as escalas territoriais podem provocar um ciclo de mudanças na tecnologia.

Segundo Souza (2016), o papel dos municípios na promoção do desenvolvimento, aponta para o crescimento de suas responsabilidades, em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas locais e, enfim, da sua gestão. Dessa forma, o município pode ser enquadrado como escala significativa dos fenômenos institucional e territorial que compõe um espaço para a ação da sociedade.

Castro (1988) define a escala geográfica como uma hierarquia de níveis de análise do espaço social, que pode ser concebido como um componente de estruturas, esclarecendo, porém, que nem toda área é uma estrutura.

Mesmo sendo distintos, território e espaço são elementos interligados pela sua natureza e finalidade e, que devido à descentralização política promovida no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF 1988) que implicou numa intensa

¹ O território, por sua vez, permite uma análise baseada nas produções econômicas, políticas do espaço, formas de relacionamento do homem no meio em que se vive religiosidade, cultura, manifestações étnicas, dentre diversos outros aspectos. Ele pode ser estudado e entendido como forma de apropriação local espacial, nacional, regional ou supranacional (SOUZA, 2016).

descentralização administrativa por parte da União, ampliando assim as responsabilidades do município, em termos de administração e execução de políticas públicas (SOUZA, 2016).

2.3 O MUNICÍPIO NO BRASIL

No Brasil, os primeiros municípios implantados seguiam as mesmas condições dos municípios portugueses², em se tratando de organização política, administrativa e judicial. Era a primeira manifestação de atividade governativa vinda do consentimento popular nas terras brasileiras (RODRIGUES, 2006). A autora argumenta, ainda, que era difícil a ampliação municipalista no período colonial devido à ideia centralizadora das Capitanias Hereditárias. Apesar disso, essas municipalidades, por iniciativa própria, contribuíram para a organização política que se apresentava no Brasil, com atribuições de governo, de administração e de justiça.

SILVA (1982) aponta que no período do descobrimento do Brasil vigoravam as Ordenações Afonsinas, nas quais estava estabelecido, para a organização municipal, que as Câmaras seriam compostas de juízes pedâneos³, que seriam seus presidentes permanentes, e de vereadores eletivos. As Ordenações Manuelinas também mantiveram esse sistema organizacional. Os Municípios, mesmo na época colonial, portanto seguindo totalmente o regimento português, demonstravam interesse e capacidade de emancipação.

Muitos municípios despontaram sem um ato instituidor do poder central, como bem afirma RIBEIRO (1976, p. 323): “era o povo que se emancipava elegendo as suas Câmaras, que por fim assumiam certo caráter de legalidade, umas vezes por homologação tácita do governo, outras por alvarás posteriores que vinham confirmá-las”.

A seriedade que seus gestores deram à sua criação e emancipação é historicamente responsável pelo que o Município representa para a organização político-administrativa e também judicial do Estado.

²Meirelles (2003) explica que, em Portugal, o Município desempenhava funções políticas e editava suas próprias leis.

³SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 336: Pedâneo: Do latim *pedaneus*, era vocábulo em uso na terminologia antiga do Direito, para designar o juiz ordinário das vilas, que costumavam julgar de pé. Dizia-se juiz pedâneo ou quadrilheiro, distinguindo-se do juiz de fora, que era letrado. Na linguagem técnica dos romanos, *pedaneus* designava propriamente o juiz inferior ou subjuiz, a que se atribuía uma jurisdição própria, sem delegação especial, para os negócios de pequena importância, embora em caráter permanente. Eram nomeados pelos governadores.

2.3.1 Constituição de 1988 e o Processo de Emancipações de Municípios até 1996

A Constituição Federal que foi promulgada em 5 de outubro de 1988 tem como um dos princípios fundamentais, o destaque da Federação, a qual se constitui da união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e decorrência do princípio afirmado, cabe aos municípios, nas suas múltiplas competências, um maior grau de autonomia em relação aos Governos Estadual e Federal (FAVERO, 2004).

Segundo Favero (2004) a autonomia municipal, de acordo com a Constituição Federal é total no que pertence aos assuntos de interesse local, alargando sensivelmente a competência municipal. Ao lado de competências privativas que o texto confere ao município, o mesmo foi dotado de competências em comum com a União e os Estados, para aquelas matérias de grande relevância e cuja defesa interessa a toda a Federação.

O processo de emancipação municipal no Brasil volta a ter ascensão a partir da promulgação da referida constituição e do processo de federalização do país. Neste documento, o município passa a ser reconhecido como unidade constitutiva da Federação, juntamente com os estados e a União, ou seja, o município deixa de ser resultado apenas da descentralização administrativa, o que, conseqüentemente, contribuiu para o aumento da autonomia municipal (SOUZA, 2016).

O artigo 18, § 4º esclarece sobre a criação de novos municípios:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 4º. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 13/09/96).

A opinião de Lorenzetti (2003) é corroborada por Jorge (2010), uma vez que o autor também comenta que a partir da década de 1990, diversos municípios foram criados no Brasil. Na opinião deste, a flexibilização decorrente da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, possibilitou a criação dos mesmos.

Lorenzetti (2003) afirma que nos últimos cinquenta anos, o número de municípios existentes foi praticamente quadruplicado se constituindo em uma intensa criação de municípios.

Na Tabela 1 apresentamos a evolução do número de municípios brasileiros, por região geográfica e, separadamente, tratamos dos Estados da Região Sul para uma ênfase especial para o Estado do Paraná durante as décadas de: 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do número de municípios das regiões e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas décadas de 1960 a 2010.

Grandes Regiões e Estados da Região Sul	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Região Norte	153	195	203	298	449	449
Região Nordeste	903	1.376	1.375	1.509	1.787	1.794
Região Sudeste	1.085	1.410	1.410	1.432	1.666	1.668
Região Sul	414	717	719	873	1.159	1.188
Região Centro-Oeste	211	254	284	379	446	466
Paraná	162	288	290	323	399	399
Santa Catarina	102	197	197	217	293	293
Rio Grande do Sul	150	232	232	333	467	496
Brasil	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565

Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Alguns pontos são destacados nesse estudo dos municípios brasileiros, a expressividade da variação de cerca de 100% de novos municípios criados entre 1960 e 2010 que foi origem da dinâmica entre as décadas estudadas, como por exemplo, de 1960 para 1970 o crescimento significativo com 42,88% de variação e nas décadas de 1970-1980 e 2000-2010 houve um inexpressivo crescimento de aproximadamente 1% para cada intervalo.

Enquanto que no Estado do Paraná, a maior incidência da maior criação de novos municípios ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, que correspondeu a 77,78%, quase nula entre 1970 a 1980 e nas décadas seguintes, exceto 200-2010, ficou sinalizada a ocorrência de novas emancipações e variações significativas de 11,38% e 23,53%, inclusive nesses últimos períodos houve desmembramentos dos municípios de Luiziana, Rancho Alegre do D'Oeste, Quarto Centenário e Farol localizados geograficamente na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.

Considerando as décadas entre 2000 e 2010, apenas a Região Norte não apresentou a criação de novos municípios. Especificamente, dos estados da Região Sul, apenas no Rio Grande do Sul é que houve emancipações de distritos em municípios.

Em relação à população dos municípios por classes de tamanho da população, na Tabela 2 está demonstrado a distribuição de todos os municípios brasileiros no total geral e a divisão por zonas de localização, considerando o ano de 2000.

Tabela 2 – Brasil, Municípios - População Total, Urbana e Rural, 2000

Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Número de municípios	População residente		
		Total	Urbana	Rural
Brasil	5570	169.799.170	137.953.959	31.845.211
Até 5.000	1.382	4.617.749	2.308.128	2.309.621
Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Número de municípios	População residente		
De 5.001 até 10.000	1.308	9.346.280	5.080.633	4.265.647
De 10.001 até 20.000	1.384	19.654.828	11.103.602	8.551.226
De 20.001 até 50.000	963	28.831.791	19.132.661	9.699.130
De 50.001 até 100.000	299	20.786.695	16.898.508	3.888.187
De 100.001 até 500.000	194	39.754.874	37.572.942	2.181.932
Mais de 500.000	31	46.806.953	45.857.485	949.468

Fonte: IBGE, 2015

Jorge (2010) assinala que o momento de emancipação dos municípios era algo esperado após a nova Constituição Federal de 1988, devido às tendências de descentralização política, depois de sustentação de um longo período de centralização por parte da Federação conforme previa o artigo 18, parágrafo 4º:

Segundo Endlich (2012) a escala local, principalmente em regiões com predominância de cidades pequenas, a institucionalização do município é de extrema importância, pois é uma forma de delimitação territorial e política dessas áreas. Assim:

É fundamental iniciar lembrando que as escalas geográficas são produzidas e estão profundamente vinculadas aos alcances do poder em cada momento histórico. Pode-se dizer que a escala local, formalizada como município por meio das emancipações obtidas do domínio feudal com as cartas comunais, corresponde à primeira escala de atuação do capital, tempo e espaço, em que aparecem os primeiros burgueses. (ENDLICH, 2012).

Considerando os pequenos municípios, como é caso de Luiziana, no Brasil os municípios com até 20 mil habitantes correspondem a 73,14% do total e em se tratando de população esses municípios representam cerca de 20% da população total. Esses dados

mostram lados antagônicos com grande número de pequenos municípios com baixo contingente populacional em uma análise nacional.

O Quadro 1 especifica a quantidade de emancipações autorizadas no Estado do Paraná no período de 1987 a 1998.

Quadro 1 – Paraná: Número de municípios criados entre 1987 a 1998

Mandato do Governo do Estado do Paraná	Número de Novos municípios
15 mar. 1987 a 15 mar. 1991	54
15 mar. 1991 a 2 abr. 1994	05
02 abr. 1994 a 1º jan. 1995	02
1º jan. 1995 a 31 dez. 1998	26
Total	87

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná (1987-1998).

No Quadro 1 fica evidente a ampliação no número de novos municípios, no Estado do Paraná a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988. Da totalidade das emancipações, 62,07% ocorreram entre 1987 e 1991 e 29,89% entre 1995 e 1998 sendo essas as maiores taxas de participação na criação de novos municípios.

Dentre os novos municípios paranaenses, encontra-se Luiziana que está localizado na Microregião de Campo Mourão. A seguir passaremos a desenvolver a discussão sobre o município de Luiziana que é o objeto desse trabalho.

2.4 PEQUENOS MUNICÍPIOS, PROCESSO DE GESTÃO E O PLANEJAMENTO ECONÔMICO

O entendimento de pequeno município está em constante repensar, levando-se em consideração a dinâmica dos espaços geográficos. Estudos geográficos assinalam que pequenos municípios são que possuem até 20 mil habitantes (TAVARES, 2006). Entretanto, (Nogueira et al., 2012, p. 4) dizem que “Esse dado não expressa à realidade das regiões, pois ao afirmar que todos os municípios se enquadram na mesma classe de tamanho, não significa dizer que os mesmos possuem a mesma dinâmica. Por quanto, essa característica irá depender do desenvolvimento econômico regional”.

São análises e entendimentos sobre municípios com população e tamanho idênticos que podem apresentar contrastes, devido ao nível de desenvolvimento e a condicionante do local onde o capital está mais concentrado, disponibilizando serviços, infraestrutura e

investimentos que não são atraídos por cidades que possuem a mesma população que não tem o mesmo dinamismo econômico.

A origem, tamanho e funções municípios são variáveis que trazem informações mais próximas da dinâmica real dos espaços ocupados, afim de que se possa estabelecer uma definição sobre os mesmo. A partir daí aguarda-se as decisões dos investidores para ampliar e/ou iniciar novos investimentos em produção nos setores econômicos e gerar emprego e renda.

A origem inclui o contexto econômico e político e os agentes sociais das criações urbanas, o tamanho varia de acordo com o número de habitantes ou segundo agregados econômicos distintos, como o valor da produção industrial e da receita do comércio e serviços e a renda de seus habitantes (CORREA, 2003, p. 134-35 apud SEI, 2010, p. 19).

Nogueira et al. (2012) destaca que os municípios que incapazes atender às demandas da população, em geral passam a ser considerados de pequeno porte e ficam dependentes das cidades médias, que se tornam um polo de serviços e comércio, atraindo pessoas da região. Nesse ínterim, as cidades médias para consumir a renda proveniente das pequenas cidades, em virtude do deslocamento da população faz com que desenvolvimento econômico da cidade média ocorra mais rapidamente consolidando a liderança econômica e poder político sobre as cidades pequenas.

Os pequenos municípios, segundo Alves et al. (2006), restringem o planejamento econômico, praticamente, ao Plano de Governo, ao Plano Plurianual à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, que fazem parte do Estatuto das Cidades. Para Nogueira et al. (2012), essas formas ações funcionam como base para a elaboração de políticas públicas em prol do desenvolvimento socioeconômico da cidade, entretanto, o planejamento desses espaços urbanos não se completam, principalmente, se forem lembrados que muitos desses municípios não possuem indicadores que venham influenciar no planejamento.

Abordaremos no item a partir do seguinte sobre os indicadores econômicos e sociais que darão suporte as análises dos dados em capítulo de resultados.

2.5 INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

A evolução da sociedade, principalmente nas últimas décadas, foi à razão principal das profundas transformações socioeconômicas, entre elas, podemos citar: a urbanização das cidades; o avanço tecnológico; o aumento da população em algumas cidades e redução em outras; a mudança nas Leis para se adaptar a nova dinâmica das relações sociais; a diversificação de produtos e mercados, entre outros.

Esses fatores interferem nas relações socioeconômicas, sendo necessário o uso de dados econômicos e sociais para indicar, o quanto a economia se transformou, consentindo planejar e minimizar as dificuldades sociais.

Enfim, a despeito do levantamento de dados estatísticos, a sua utilidade é limitada em contextos locais, por causa da agregação de informações, que traz à impossibilidade de ter conhecimento preciso da realidade econômica local.

2.5.1 Medidas Econômicas

Os indicadores da atividade econômica são expressos em valores numéricos, que representam um conjunto de dados estatísticos que apresentam, essencialmente, informações que sinalizam e apontam o comportamento de determinadas variáveis do sistema econômico de um país, região ou estado. Os indicadores da atividade econômica nos possibilitam visualizar o cenário econômico internacional, nacional, regional e local em determinado período. Os indicadores de conjuntura trazem as variações de curtos e médios prazos e estrutural de longo prazo do comportamento de determinada variável econômica (GUIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS, 1992).

Segundo Nogueira (2012) essas estatísticas, apesar de importantes, possuem certa defasagem entre a coleta dos dados e a produção do indicador pelo fato de buscarem medir o aspecto produtivo de período anterior (a conjuntura). Essa defasagem é um dos maiores inconvenientes para a utilização de indicadores agregados para aferir o comportamento de economias locais (especialmente menores ao teor mensurado pelo indicador), pois, ao reunir as informações e basear estudos e planejamentos, elas podem ter sido alteradas, em face de dinâmica dos agentes econômicos, no entanto os ajustes necessários poderão ser feitos pelos indicadores de correção, como por exemplo, o deflator que é um indicador econômico que permite corrigir um valor monetário do efeito da inflação.

Ao se referir sobre o nível de atividade econômica, Lourenço; Romero (2002) quanto ao nível de atividade, relata que:

Os indicadores do nível de atividade funcionam como um termômetro das condições gerais dos elementos mais sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia, sintetizados no comportamento do produto interno bruto (PIB), da produção industrial e das estatísticas de emprego e desemprego (LOURENÇO; ROMERO 2002, p. 28).

Galves (2004) defende que dentro do ciclo econômico a atividade econômica é vista como o fenômeno da geração da riqueza, nesse processo se situam os fenômenos da produção, da repartição, consumo e circulação econômica. A junção desses fenômenos culmina no processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Quanto à mensuração da atividade econômica, os indicadores se regulam na atividade de produção como o Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com Nogueira (2012), as decisões dos agentes econômicos, gravadas nos indicadores tradicionais de produção, impactam de forma direta a circulação, produção e consumo de bens e serviços.

Segundo Nogueira (2012), os indicadores são subdividido, por nível de atividade conforme os setores da economia, sendo:

- Produção Agrícola - Obtém informações mensais sobre previsão e acompanhamento de safras agrícolas, com estimativas de produção, rendimento médio e áreas plantadas e colhidas, tendo como unidade de coleta os municípios.
- Produção industrial - Esse indicador revela a variação mensal da produção física da indústria brasileira, obtida a partir da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE desde o início dos anos de 1970. A pesquisa Industrial Anual (PIA) apresenta as quantidades produzidas e vendidas e os valores de produção e de vendas dos produtos e serviços industriais gerados no País.
- Desemprego - A taxa de desemprego é definida pela relação entre o número de pessoas desempregadas e a população economicamente ativa (PEA). Através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) têm-se informações sobre o registro de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em relação a preços, os índices agregados, tais como: IGP-DI, IPCA, INPC, mais utilizados para a estimativa da inflação são os seguintes:

Quadro 2 – Brasil: Principais Indicadores de preços para correção de valores

Índice de Preço	Metodologia	Data de apuração	Utilidade
Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI)	É resultante da média ponderada de três índices de preços, o(IPA-M); (IPC-M) e(INCC-M).	Entre os dias 1 e 30 de cada mês	E utilizado para medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira.
Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).	Possui a mesma metodologia do (IGP-DI), pesando respectivamente 60%, 30% e 10%.	Entre os dias 21 e 20 de cada mês	Possui a mesma utilidade do (IGP-DI).
Índice Nacional de Preços ao Consumidor(INPC)	Analisa as faixas de renda de um a oito salários mínimos em regiões metropolitanas.	Entre os dias 1 e 30 de cada mês.	E utilizado para a correção de contratos
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).	Medem as variações de preços ao consumidor ocorridos nas regiões metropolitanas.	Entre os dias 1 e 30 de cada mês.	E utilizada para o acompanhamento do sistema de metas de inflação.

Fonte: Instituto de Pesquisas FGV.

Os indicadores agregados (Quadro dois) não mensuram o consumo, apenas a variação dos preços dos bens e serviços ofertados e são utilizados para a atualização dos valores e correções financeiras de modo geral, englobando variáveis que são determinantes para a economia, pois possui a capacidade de expressar a situação econômica presente e tem correlação com os indicadores de produção.

2.5.2 Medidas de indicadores sociais

Jannuzzi (2005, p. 7), retrata sobre as medidas sociais e conceitua que “um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”.

Os Indicadores Sociais no Brasil foram bem avaliados pela sociedade desde seu surgimento e serviram para inserção no planejamento governamental, inclusive em outros países. Os Indicadores Sociais são recentes, seu uso, no Brasil, como instrumento de planejamento ocorreu em 1975, ano em que se estabeleceu a intenção de criar um sistema com essas características (SANTAGADA, 1993).

A investigação no campo dos indicadores sociais realizada por organismos governamentais e não governamentais tem buscado aprofundar a vinculação dos indicadores sociais com os princípios que nortearam o seu surgimento, ou seja, servir de instrumento para o planejamento governamental, bem como superar as análises estritamente econômicas. Agora, as condições sociais fazem parte do rol de preocupações não só dos especialistas, como também dos governos. (SANTAGADA, 1993, p. 248).

Nesse particular, entendemos que a condição, a qualidade de vida que se estende ao bem-estar assume relevante significado para responder sobre o estado social do país, logicamente acompanhado das decisões econômicas.

Para Carley 1985, Miles 1985, o indicador social é uma ferramenta operacional para acompanhamento da condição social real, para fins de andamento de políticas públicas, ainda que tenhamos indicadores com conceitos praticamente seguindo uma repetição, como no caso dos indicadores de mortalidade infantil, mortalidade materna etc. e outros indicadores demográficos (HAUPT & KANE 2000).

Os indicadores sociais podem ser classificados segundo as diversas aplicações a que se destinam. A classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem. Há, assim, os indicadores de saúde (percentual de crianças nascidas com peso adequado, por exemplo), os educacionais (escolaridade média da população de 15 anos ou mais, por exemplo), os de mercado de trabalho (rendimento médio real do trabalho etc.), os demográficos (taxa de mortalidade etc.), os habitacionais (densidade de moradores por domicílio etc.), os de segurança pública e justiça (roubos a mão armada por 100 mil habitantes etc.), os de infraestrutura urbana (percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública etc.) e os de renda e desigualdade (nível de pobreza etc.). Há classificações temáticas ainda mais agregadas, usadas na denominação dos sistemas de indicadores sociais, como os indicadores socioeconômicos, de condições de vida, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano ou ambiental (UN, 1988, *apud* JANNUZZI, 2002, p. 58-59).

Segundo Jannuzzi (2002), sistemas de indicadores sociais que contemplem as variadas dimensões da realidade social, desenvolvidos a partir das discussões teóricas e metodológicas ao longo das últimas décadas, continuam sendo o melhor instrumento analítico de trabalho para os formuladores de políticas e tomadores de decisão.

O Sistema de Indicadores para Políticas Urbanas, o Sistema de Indicadores de Saúde e o Sistema de Indicadores para Mercado de Trabalho são alguns dos sistemas de indicadores. Internacionalmente temos, entre outros: o Sistema de Indicadores de Bem-estar Social da OCDE e o Sistema de Indicadores Sociais e Demográficos da Divisão de Estatística das Nações Unidas. O Quadro 3 mostra a seguir as principais Instituições formadoras de indicadores sociais.

Quadro 3 – Brasil: Sistemas de indicadores sociais e suas propostas analíticas

Instituição	Objetivo Geral	Temas investigados
OCDE	Avaliação das condições e qualidade de vida	Saúde; educação; emprego; acesso a consumo; segurança pessoal; condições de habitação e do ambiente físico; lazer; participação social.
Nações Unidas	Monitoramento do desenvolvimento Socioeconômico	População; saúde; educação; atividade econômica; renda; patrimônio; uso do tempo; segurança pública; mobilidade social, cultura; comunicação; lazer.
Habitat	Formulação e avaliação de políticas de desenvolvimento urbano.	Uso do solo urbano; habitação; meio ambiente; desenvolvimento socioeconômico; transporte urbano.

Fonte: PNUD(2009)

De acordo com as teorias apresentadas, percebemos a importância dos indicadores sociais para medir o desenvolvimento dos municípios, pois tem função de auxiliar o gestor municipal na tomada de decisões e formulação de políticas públicas que terá reflexos, positivos ou negativos, dependendo das condições por que passa a sociedade em termos locais. Mesmo considerando a complexidade dos segmentos sociais de vida a sua utilização de dados nem sempre satisfatórios em função da defasagem temporal com que é divulgado.

Cabe, finalmente, entender que simplesmente dispor de um conjunto de indicadores sociais não se caracteriza suficientemente a compreensão dos processos sociais que sejam usados a partir de uma teoria que não se manifesta claramente, que articule as determinações causais entre as dimensões causais entre as dimensões sociais indicadas (JANNUZZI, 2002),

2.5.3 Índices Econômicos e Sociais como Ferramenta no Planejamento Municipal

Considerando a existência de cidades com capital mais desenvolvido e outras não se desenvolveram, verificamos que a desigualdade vai além da condição de vida dos habitantes, mas esses desníveis chegam à gestão econômica, pois as mais desenvolvidas se utilizam índices econômicos indispensáveis para execução do planejamento municipal. Enquanto que, os que não se desenvolveram utilizam apenas de índices de desenvolvimento econômico e social, conforme Nogueira et al. (2012, p. 11) relata “[...] visto que suas políticas são voltadas a maximizar as políticas sociais propostas por frações maiores da gestão pública, para minimizar os efeitos da pobreza”.

Os estudos até aqui desenvolvidos nos levou a compreensão de que os indicadores possibilitam o conhecimento real ou muito próximo disso os detalhes socioeconômico para poder avaliar os setores que estão se desenvolvendo e os setores deficitários e que precisam da

interferência do Governo Municipal para, ao menos, manter em atividade, além de avaliar os setores mais expressivos em empregos, produção, escolaridade e etc. Isso viabiliza o executivo municipal para execução de políticas públicas que atendam a demanda da população. Como resultado, algumas ações podem ser revestidas em investimentos para áreas periféricas e áreas marginalizadas com políticas de inclusão social, capacitação de mão de obra, educação, saúde e segurança e etc.

Entendemos que esses resultados, uma vez, transparentes e bem trabalhados poderão atrair investimentos do setor privado que impactarão em oportunidades de emprego, geração de renda, crescimento populacional e conter a saída de jovens para outras regiões, aumento da arrecadação municipal, fortalecimento do comércio e valorização imobiliária.

O planejamento econômico, como debatido anteriormente, é uma ferramenta que permitirá o executivo traçar metas, projetando o futuro em curto, médio e longos prazos, bem como identificar os impactos em nível local e regional dessas políticas para o desenvolvimento regional.

Como anteriormente discutido, os indicadores são utilizados, também, para mensurar o desempenho das atividades do setor agrícola, industrial e comércio. Os indicadores utilizados pelas iniciativas: pública e privada darão suporte para o crescimento e desenvolvimento sustentável dos municípios, pois os mesmos serão beneficiados por informações concretas da economia local e das condições sociais vividas pelos moradores. Assim como, os agentes tomadores de decisões terão lastro sobre o ponto que o investimento poderá ser afetado. Nessa fase, concluímos que a utilização de indicadores de movimentação econômica trará benefícios à sociedade com reflexos sociais substanciais, notadamente, pela geração de emprego e renda e aumento da arrecadação municipal.

A aplicação desse procedimento direciona a ação governamental, evitando que o gestor possa optar por certas prioridades, servindo-se de dados imprecisos, definindo ações de forma intuitiva, ou por pressão de pessoas influentes, fato que resulta no favorecimento de determinados atores em detrimento de toda população (MASCARENHAS, 2006, p. 6).

Ao longo dos nossos estudos, pesquisas, inclusive trabalhos desenvolvidos na forma de teses e dissertações, foram concretizadas e mostraram a diversidade do que se pode caracterizar como pequenos municípios. Soares & Melo (2009) expõem as contribuições de diversos autores sobre os estudos das cidades pequenas e concluem:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SOARES&MELO, 2009, p. 36).

Em função da necessidade de utilização de dados referentes às finanças públicas que corroboram com as análises conclusivas sobre a temática desse trabalho, a seguir trataremos sobre essas teorias.

2.6 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Segundo Longo e Troster (1993) o setor público possui participação expressiva para a economia nacional, pois o Governo realiza intervenções, seja de maneira direta comprando, vendendo, tributando e subsidiando ou indiretamente, regulamentando ou fornecendo infraestrutura.

Rezende (2007) afirma que as elevações das funções do governo são constantes, não somente na questão de intervenção governamental no sistema econômico, como também modificações para melhorar o nível de vida da população como a distribuição de renda, visto que o governo é o órgão regulador da atividade econômica.

Giambiagi e Além (2008) enfatizam as razões pela existência do governo, em que o mesmo deve dirigir e corrigir o sistema de mercado, pois o sistema não consegue exercer sozinho, a atividade econômica.

Em relação às receitas e as despesas, segundo (Longo e Troster, 1993) o processo orçamentário possui princípios relevantes sendo eles: unidade, universalidade, anualidade. O princípio da unidade determina que o governo tenha apenas um orçamento por ano; o da universalidade obriga todo orçamento conter as receitas e despesas do Estado; o da anualidade diz respeito ao tempo e autorização do orçamento, em que no Brasil é de um ano civil.

A lei das diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (Constituição Federal, artigo 165, parágrafo 2º).

De acordo com Giambiagi e Além (2008) a arrecadação de impostos é a principal fonte de receita para que o setor público possa fazer a gestão dos recursos. Todo indivíduo efetua sua contribuição e o governo aloca de maneira mais eficiente, nessa linha, Longo e Troster (1993, p. 95) argumenta o motivo “para oferecer serviços públicos e financiar transferências redistributivas, o governo precisa de recursos para financiá-los”.

Nas finanças públicas municipais os recursos financeiros têm na sua origem os tributos municipais e preços pela utilização de bens ou serviços nas transferências constitucionais estaduais e federais, financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades ou pessoas físicas.

O município, como outras entidades estatais, para realizar seus fins administrativos, têm a necessidade de obter recursos financeiros. As receitas públicas são compostas de recursos financeiros que entram nos cofres públicos oriundos de quaisquer fontes, com a finalidade de suprir as despesas orçamentárias, e sendo assim, as necessidades básicas dos cidadãos (WAKULICZ e SERPA, 2008, p. 827).

As receitas próprias municipais arrecadadas pelos municípios são oriundas dos seguintes tributos: IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), ITBI (Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos) e Taxas e Contribuições de Melhoria (RIANE, 2002).

Segundo Riane (2002), o sistema de tributação é fundamental para ajustar a distribuição de renda na sociedade e a melhor forma de arrecadação de recursos para realizar a gestão pública. Para funcionamento do sistema tributário, quatro pontos básicos devem ser analisados:

- Obter receitas para financiar os serviços públicos;
- Cada indivíduo deveria contribuir de acordo com sua possibilidade para pagar;
- Os tributos devem ser universais;
- Os tributos deveriam ser escolhidos de forma a minimizar sua interferência no sistema de mercado, a fim de não torná-lo mais eficiente.

Riane (2002) classifica as receitas públicas em duas grandes categorias: receita corrente e receita de capital: i) As receitas correntes são provenientes de arrecadação de tributos, isto é, todas as receitas tributárias procedentes de transferências fiscais do governo e ii) As receitas de capital são provenientes de operações de crédito realizados pelo governo, alienações de ativos e das transferências de capital recebidas do governo.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (2016), as Transferências Constitucionais estão estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e são as expressões máximas do que

chamamos de Pacto Federativo existente entre a União, Estado e Municípios. Um dos instrumentos que consolida esse pacto é a distribuição de recursos provenientes da arrecadação de tributos federais ou estaduais, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento às disposições constitucionais. A divisão da receita resultante da arrecadação de impostos entre os entes federados servem como mecanismo para a busca de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios.

As principais transferências da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, previstas na Constituição são: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, segundo Secretariado Tesouro Nacional (2016).

Os gastos públicos significam que “o governo estabelece uma série de prioridades no que se refere à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a ser realizados” RIANE (2002, p. 69). As diferenças entre gastos governamentais e gastos públicos, é que o primeiro está relacionado apenas às despesas realizadas pela administração governamental, e segundo se refere aos gastos governamentais e as despesas do governo com atividades econômicas produtivas e de infraestrutura.

As despesas por função obedecem a uma classificação de forma agregada que refletem de certa forma, as prioridades dadas pelo governo para utilizar os recursos. As despesas por funções são constituídas por despesas com o Legislativo; Judiciário; Administração e planejamento; Defesa nacional e segurança pública; Educação e cultura; Habitação e urbanismo; Indústria, comércio e serviços; Saúde e saneamento; Trabalho; Assistência e previdência; Transportes; Agricultura; Energia e recursos minerais; Desenvolvimento regional; Comunicações (RIANE, 2002).

As despesas por função, por sua vez, refletem, de certa forma, as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Dessa maneira, essa forma de apresentação é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos a sociedade (AMARANTE; MOREIRA, 2009, p. 2).

Amarante e Moreira (2009, p. 5) reforçam que “as funções: Legislativo; Judiciário; Administração e planejamento; Defesa nacional e segurança pública são constituídas de serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República”.

Entendemos que as despesas por função permitem uma melhor ponderação das despesas realizadas pelo governo, podendo ser identificadas a natureza das ações para oferta de serviços públicos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem por objetivo analisar o Município de Luiziana, sua emancipação política e os reflexos econômicos e sociais no período de 2010 a 2015.

As informações podem ser obtidas de diversas formas e neste trabalho o que se procura é o conhecimento científico, definido por Ander-Egg (1978 p. 15 apud LAKATOS e MARCONI, 1986, p. 22) como “um conjunto de conhecimento racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza.” A tipologia quanto aos objetivos da pesquisa que foi utilizado foi o método exploratório para identificar o problema com suas características e assim comparar os quocientes obtidos por um período determinado de tempo em balanço real publicado.

Segundo Beuren et. al. (2003, p. 80) “Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a conclusão da pesquisa.” Na abordagem do problema foi usado o método quantitativo/qualitativo em que se procurou verificar a validade e oportunidade das análises dos quocientes econômico financeiros na atualidade.

Segundo Richardson (1999, p. 80 *apud* BEUREN et al. 2003, p. 91):

Os estudos que empregam uma metodologia quantitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Segundo Beuren et al. (2003. p. 93) “a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos”. Este trabalho aqui descrito como monografia conforme conceituado por Beuren e Longaray (2003, p. 40), “trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”.

A metodologia empregada constou de revisão bibliográfica, com a contribuição de autores sobre o assunto pesquisado. De acordo com Amaral (2007), a pesquisa bibliográfica é um processo fundamental no trabalho científico e que influenciara em todas as etapas da pesquisa. Este embasamento teórico também constituiu uma análise e interpretação de dados numéricos através de instrumentos adequados como quadros, tabelas, gráficos e indicadores

numéricos. Caracteriza-se como um estudo de caso que conforme Gil (1999, p. 73 apud BEUREN et al. 2003, p. 84):

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Além das bibliografias utilizadas através de livros, monografias, dissertações e teses de doutorado, foram realizadas coletas e sistematização dos dados secundários obtidos a partir da base de dados oficiais do Ipardes do IBGE e da Prefeitura Municipal de Luiziana.

Para a análise dos dados foi realizada pesquisa por meio do método estatístico descritivo, onde os dados foram coletados, organizados, apresentados e analisados, transformados em arquivos do Excel 2010, o que possibilitou a elaboração de tabelas e instrumentos gráficos, que foram analisados e discutidos. “Método é o conjunto coerente de procedimentos racionais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos” (NÉRICI, 1978, p. 15). Na concepção de Siqueira (2005) método significa o caminho utilizado para alcançar o resultado. “A estatística é comum a todas as ciências sociais, produzindo unidades de mensuração concretas e definidas” (SIQUEIRA, 2005, p. 61).

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Com vistas a identificar as potencialidades socioeconômicas do município de Luiziana, para tanto selecionamos indicadores da base de dados municipal que mostrarão o comportamento do município. Os resultados servirão de subsídios para o planejamento do município, ou seja, mostrarão os pontos fortes e as deficiências que facilitam e/ou dificultam as políticas públicas para o desenvolvimento local e a prospecção econômica e social que são as metas dos gestores públicos e da sociedade de Luiziana.

4.1 PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZIANA

Considerando o processo de emancipação do município de Luiziana como parte importante para os resultados desse trabalho, alguns depoimentos e levantamentos primários são essenciais para atingir os objetivos propostos, assim: conforme depoimento do Senhor Dimas P. Abraão dos Santos, o número de habitantes e potencialidades econômicas, especialmente relacionadas à agropecuária se constituíram em fatores decisivos que motivaram a emancipação do município, pois contava com 14 mil habitantes e uma expressiva área territorial e receita fiscal que equivalia a um terço da arrecadação do município de Campo Mourão do qual Luiziana era Distrito (SOUZA, 2016).

Os fatores econômicos, a extensão territorial, expectativas favoráveis às melhorias na infraestrutura e na prestação de serviços a comunidade unidos à motivação política e autonomia político-administrativa foram determinantes para a emancipação.

Em pesquisa realizada por Souza (2016) em relato do Vereador Antonio Abraão dos Santos convocou moradores do Distrito de Luiziana e deu início a busca pela emancipação, cujo objetivo foi alcançado em 1989, quando o município de Luiziana foi desmembrado.

Sobretudo, a emancipação tinha no fator desenvolvimento econômico local a principal meta da maioria da população de Luiziana, o que não era muito provável enquanto Distrito de Campo Mourão, pois o município Sede tinha preocupações com a própria cidade e com os demais Distritos, assim os investimentos capazes de melhorar a condição de vida de seus moradores de Luiziana estavam distantes.

O Gráfico 1 retrata o pensamento da população de Luiziana, sobre as principais causas que levaram a emancipação do município.

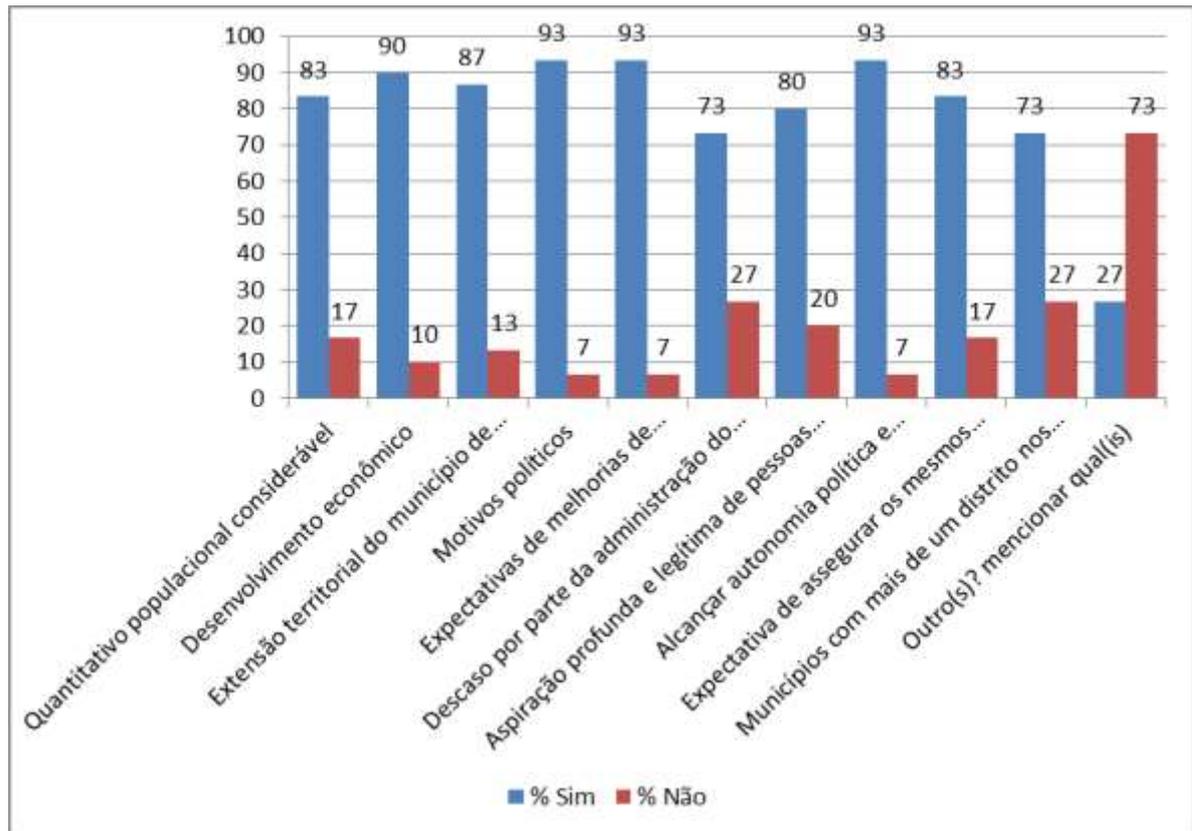


Gráfico 1 – Luiziana: Fatores que motivaram a emancipação do município, 2015

Fonte: Dados de Pesquisa foram extraídos de SOUZA (2016).

O desenvolvimento econômico, motivos políticos, expectativas de melhorias prestação de serviços e autonomia política e administrativa se constituíram nos principais motivos pela busca da emancipação, segunda a população de Luiziana. Para o então Distrito, a motivação do processo de emancipação vai além das questões financeiras, principalmente pela independência econômica, social com prestação de serviços e obras e ser independente do município Sede.

Sobre o quantitativo populacional, alega-se que o aumento da população exige mais investimentos para todo o município para atendimento aos munícipes e que os Distritos poderiam ficar sem o atendimento necessário, pois os cuidados maiores poderiam ser alocados mais para a Sede em detrimento aos Distritos. Essa questão foi uma das formas da procura pela sua independência para sobrevivência e atender de modo mais adequado às necessidades de sua população.

Fator importante e decisivo para a população nas questões da emancipação é a autonomia política e administrativa isso porque os distritos têm dificuldades com a má administração do município sede. Nesse sentido Scussel (1996, p. 4) relata que “A principal

causa de emancipações vem da inadequação do modelo político administrativo local brasileiro às condições e realidade do interior do Brasil”.

Para Scussel (1996), se um núcleo sede municipal, dispõe ou pode dispor, com facilidade, de muitos serviços e bens sociais que na prática, não existem ou são de difícil obtenção por parte dos núcleos não sedes municipais.

A educação apresentou expressiva melhoria com atendimento nas séries iniciais, além de ampliação e proximidade da gestão administrativa e a valorização dos servidores.

No Gráfico 2 está demonstrada a avaliação dos serviços públicos pós-emancipação do município de Luiziana.

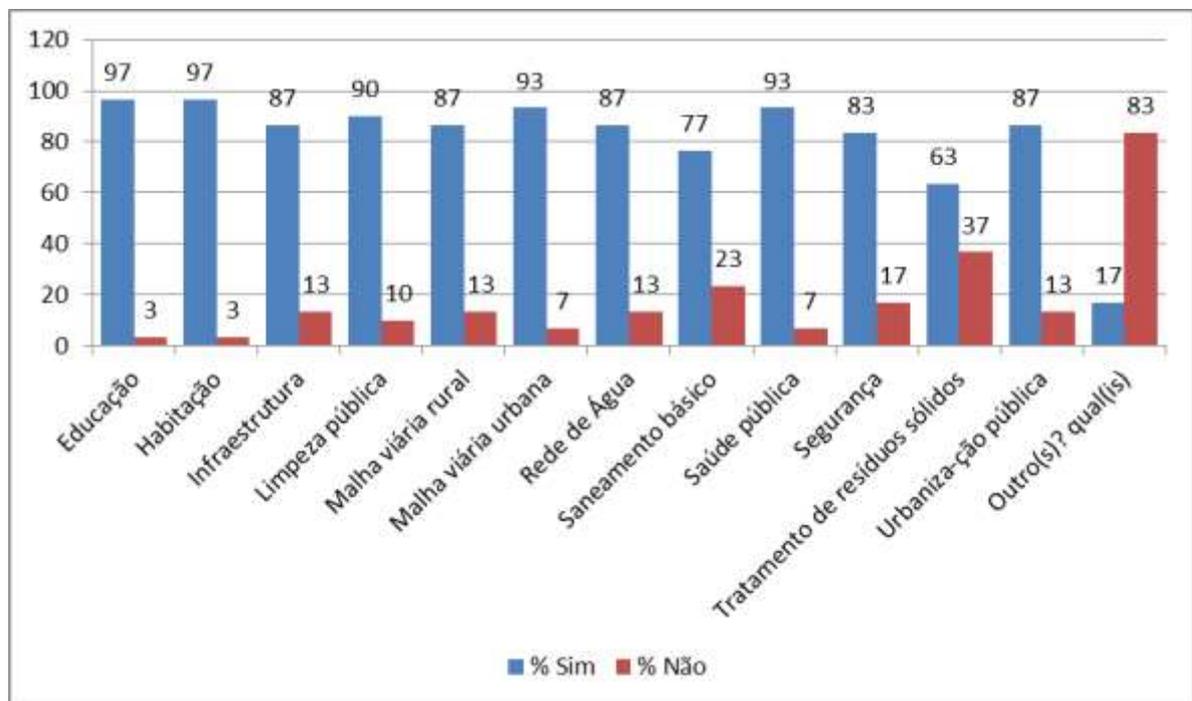


Gráfico 2 – Luiziana: Serviços públicos que melhoraram após a emancipação, 2015

Fonte: Dados de Pesquisa foram extraídos de SOUZA (2016).

A educação, habitação, malha viária urbana e saúde pública, se constituiu nos serviços que mais melhoraram desde a emancipação que ocorreu avanços desde 1987, refletindo no IDHM de Luiziana, notadamente a educação. Na habitação, além das melhorias na infraestrutura, a limpeza pública, a malha viária rural e urbana foi observada pelos moradores. O saneamento básico através da Sanepar foi apontado como a principal razão das melhorias.

A saúde pública houve grandes melhorias, apesar da ausência de hospital para melhorias nos atendimentos médicos, pois no município existe apenas um posto de saúde para atendimentos urgentes e sem gravidade. Os casos mais graves são encaminhados para Campo

Mourão. Considerando a década 2010, o posto de saúde funciona de modo adequado e contando com profissionais especializados, na área médica e odontológica.

Segundo Souza (2016) como todo município demograficamente pequeno, Luiziana também tem carência de empregos, pois o que existe na sede urbana é insuficiente, e aí ocorre à saída de habitantes para outros municípios vizinhos ou para outras regiões para busca de empregos.

Outro destaque é a necessidade do desenvolvimento da economia, devido à expressiva dependência da agricultura e em menor escala do comércio de bens de consumo e algumas poucas pequenas indústrias, como facção de roupas, marcenarias e beneficiamento de madeira. Essas atividades não suprem a necessidade de empregos para a população economicamente ativa, isso faz com que, muitos trabalhadores são se deslocam diariamente para outros municípios da região.

A ausência de investimentos na melhoria da infraestrutura da sede urbana foi argumentada pela Senhora Denise Vedovato: “onde não são todos que tem uma infraestrutura adequada, como esgoto, asfalto, calçamento, etc.”.

Sobre ganhos sociais e econômicos advindos da emancipação, Segundo Souza (2006) para a população estes ganhos são visíveis, citando reformas e construção de escolas, construção de postos de saúde, construção do ginásio de esportes, adequação de estradas rurais, dentre tantas outras. O autor afirma que as melhorias facilitaram a vida dos moradores, além da gama de serviços públicos que antes era deficitário.

De acordo com o IBGE (2016), o número de empresas do município apresentou variações significativas durante o período 1995-2010, em 1995 o comércio era composto por 114 empresas e em 2014 era de 225 que corresponde ao crescimento de 97,37% no período.

A emancipação do município de Luiziana concedeu a autonomia política e administrativa que era um dos seus principais alvos. As conquistas quanto à condição de vida dos seus habitantes, dando condições apropriadas de acesso à saúde, moradia, educação, transporte, emprego, e etc. que antes eram limitados e com deficiências.

4.1.1 Aspectos Econômicos e Sociais do Município de Luiziana

Em meados do século XX formou-se, por iniciativa governamental, um patrimônio agrícola durante a febre do cultivo de café, com distribuição de lotes variáveis de 10 a 300 alqueires, conforme os recursos dos posseiros na Gleba Muquidão⁴.

A maioria dos pioneiros era oriunda do sul do Paraná e do Rio Grande do Sul além de alguns poucos mineiros e nordestinos que se instalaram na região e, assim, abriram um povoamento no território de Campo Mourão.

A maior dificuldade, no início da colonização era a falta de estradas e de recursos básicos de sobrevivência. Quando chovia os moradores ficavam ilhados em seus ranchos. Os transportes só eram possíveis a cavalo e cargueiros de mulas.

Em 1952 com aumento do número de famílias, que iam chegando, a colônia foi lentamente se adequando às necessidades gerais com a demarcação e titulação legal dos lotes agrícolas. Esta ação foi determinada pelo governador Moysés Wille Lupion e executada pela jovem Prefeitura de Campo Mourão na gestão Daniel Portela que, paulatinamente, eliminou os grileiros e posseiros irregulares com as ações da Inspeção Estadual de Terras, quando então, delimitou o perímetro urbano de Luiziana e traçou ruas e avenidas.

Dia 21 de setembro de 1965 o patrimônio de Luiziana foi elevado a Distrito Administrativo de Campo Mourão.

Por iniciativa do vereador Antonio Abrão dos Santos, em 1987 Luiziana conseguiu o status de município pela Lei 8594. Criado por meio da Lei Estadual nº 8.549 de 25 de setembro de 1987, e instalado em 1º de janeiro de 1989, foi desmembrado de Campo Mourão.

O pioneiro Aducto da Silva Rocha (nome do Colégio de Luiziana) que nunca foi professor é tido como fundador de Luiziana (Terra ou lugar de Luíza) e batizou o local com este nome em homenagem à sua mãe Luíza e à filha Maria Luíza.

Luiziana é banhada pelos rios: Sem Passo que abastece a represa da Usina Mourão. Formoso, da Várzea, Chupador, Campina que também deságua na Usina Mourão. Lontra, Peixinho, Tricolor, do Leão e Rio Herveira, todos com belos saltos e cachoeiras, com enorme potencial eco turístico ainda não praticado.

O município possui sete vilas: Valinhos, Campina do Amoral, Klabin, Ponte Branca, Cava Funda, Bairro dos Inácios e Serra Molhada.

⁴ As informações referentes ao perfil do município foram extraídas da página eletrônica a Prefeitura Municipal de Luiziana.

Segundo o IBGE (2010) o município de Luiziana possui uma população censitária total de 7.315 habitantes e desse total de 65,02% vivem na zona Urbana. Sua densidade Demográfica segundo o IPARDES (2015) é de 8,22 habitantes por Km², que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. É um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território.

Em Luiziana 63,62% da população possuíam Fundamental Incompleto, na classificação segundo o nível de instrução⁵ e 3,10% possuíam nível Superior completo até o ano de 2010, e o percentual de pessoas analfabetas é de 14,63%. Considera-se, aqui, a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória. Consideraram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

O município é o principal responsável pela saúde pública de sua população⁶. A esperança de vida ao nascer, que é o número médio de anos que um indivíduo vivera a partir do nascimento, segundo o PNUD para o município de Luiziana é de 71,86 com base na última análise em 2010. E a taxa de mortalidade em menores de um ano de idade vista no ano de 2014 foi de 0,00 e a média Estadual de 11,20 segundo o DATASUS.

Os programas sociais executados no município como o Programa Bolsa Família, O Benefício de prestação Continuada⁷, e outros serviços prestados pelo CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) – Oferece serviços de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Tem por objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, buscando com suas ações priorizar a promoção da autonomia, das potencialidades e o fortalecimento das famílias e indivíduos.

⁵ Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução. A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente. Fonte: IBGE.

⁶ A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, o gestor municipal passa a assumir imediata ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos em seu território.

Quando o município não possui todos os serviços de saúde, ele pactua com as demais cidades de sua região a forma de atendimento integral à saúde de sua população. Esse pacto também deve passar pela negociação com o gestor estadual. Fonte IBGE.

⁷ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65(sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Fonte: SAGI / MDS / Data Social.

CREAS (Centros de Referência Especializada de Assistência Social) – Unidade polo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. Responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

CREAS POP (Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua) – Objetivo na Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Em relação à economia do município de Luiziana podemos destacar a Agropecuária que no ano de 2015 correspondeu a 253,8 milhões de reais com forte resposta na produção de grãos notadamente a soja. O valor adicionado fiscal corresponde 6,49% da produção regional, enquanto o PIB per capita é de R\$ 32.481,00 que é superior ao da região (R\$ 24.597,00). O valor adicionado bruto mais relevante está no setor de serviços.

4.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

O diagnóstico sobre a variável populacional, ou mais especificamente sobre os aspectos demográficos do município é de relevante importância nos estudos socioeconômicos, notadamente naqueles que poderão determinar mudanças sociais, econômicas e ambientais. Sabendo-se, inclusive que toda a estrutura socioeconômica do sistema é acionada pelo trabalho humano.

Os estudos levam enfatizar que o “perfil municipal” é capaz de fornecer as informações básicas de demografia em nível de município, tais como: a taxa de urbanização, definida como o percentual total da população do município que reside em aglomerações urbanas e rurais.

Nesse estudo, além das pesquisas populacionais, tratamos também do índice de desenvolvimento humano e índice de Gini por questões de delimitação de texto.

Conforme detalhado na Tabela 3 mostra que, comparando a população urbana e rural com população total do município de Luiziana apresenta uma queda populacional durante os anos de 1991, 2000 e 2010. A população urbana aumentou significativamente e ao contrário a população rural mostra acentuadas quedas.

Tabela 3 – Luiziana: População Censitária Total, Urbana e Rural – 1991, 2000 e 2010.

Variável/ Ano	1991	2000	2010
População Censitária - Total	9.103	7.540	7.315
População Censitária Urbana	3.187	4.138	4.756
População Censitária Rural	5.916	3.402	2.559

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Luiziana está entre os 48% dos municípios da Mesorregião Centro Ocidental que tem menos de 10 mil habitantes, por isso é caracterizado como pequeno, embora, segundo o IparDES (2016) esteja situado na maior Área Territorial (908,788 km²) entre os 25 municípios da região. A taxa média de crescimento populacional é negativa de 10,08% considerando os Censos de 1991, 2000 e 2010 – enquanto que entre 1991 a 2010 o esvaziamento populacional chegou a cerca de 20%.

Segundo Borges (2009) a partir da década de 1970 foi desencadeado o processo de urbanização das cidades brasileiras, com isso houve a necessidade de reestruturação do planejamento urbano no tocante a infraestrutura dos municípios para suportar aquela a população que migrou da zona rural.

Como retratado anteriormente a população urbana, entre 1991 e 2010 aumentou 49,23% e a população rural reduziu em 56,74% aumentando o grau de urbanização. A expectativa de elevação taxa de crescimento populacional urbano aponta para a necessidade de criação de empregos no município, melhorias estruturais nas áreas sociais, tais como educação e saúde e saneamento básico, principalmente se esse ritmo de mobilização urbana e a evasão rural persistirem.

Luiziana com uma população praticamente em declínio necessita retomar a sua população, criando políticas públicas atraentes que venham de encontro com as potencialidades ainda não exploradas, notadamente o agronegócio que é uma característica própria do município quando levado em consideração a sua extensão territorial. Nesse sentido, a implantação da agroindústria pode contribuir para manter a população e resolver o problema do desemprego e arrecadação municipal. Assim com a nova estrutura urbana o município pode se preparar para atrair novos investimentos públicos e privados com a finalidade de criação de emprego e geração de renda.

Entre os quatro municípios emancipados⁸ a maior população é de Luiziana com 7.315 habitantes, seguido de Quarto Centenário (4.856), Farol (3.472) e Rancho Alegre d'Oeste (2487) de acordo com o Censo Demográfico de 2010.

A População Economicamente Ativa⁹ – PEA do município de Luiziana com base nos Censos Demográfico de 1991, 2000 e 2010, representavam, respectivamente, 34,64%, 41,26% e 46,94% de habitantes em idade ativa de trabalhar em relação à população total. Dessa forma, retrataremos o estudo sobre a PEA urbana e rural (Tabela 4).

Tabela 4 – Luiziana: População Economicamente Ativa Total, Urbana e Rural nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Variável/Ano	1991	2000	2010
PEA (10 anos e mais) - Total	3.153	3.111	3.434
PEA (10 anos e mais) - Urbana	1.029	1.748	2.054
PEA (10 anos e mais) - Rural	2.124	1.363	1.380

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Com referência aos Censos 2000 e 2010, no município de Luiziana a maioria da PEA encontrava-se na zona urbana, com participação de 56,19% e 59,81% pessoas com idade para o trabalho, respectivamente, enquanto que a PEA rural foi superior apenas no ano de 1991 com 67,36%, comprovando que à medida que passam os anos a PEA urbana se torna significativa devido o esvaziamento populacional da zona rural (Tabela 4).

As participações relacionadas à PEA urbana e rural são resultados matemáticos mais relevantes para a PEA urbana, isto se justifica, também, pela mecanização da agricultura que cada vez mais minimiza a ocupação de mão-de-obra.

A população ocupada¹⁰ (PO) do município de Luiziana com base nos Censos Demográfico de 2000 e 2010 representava, respectivamente, 35,19% e 44,62% da população ocupada em relação à população total. Dessa forma, retrataremos o estudo sobre a PO urbana e rural. O destaque é maior participação da PO urbana comparando a zona rural

⁸ As emancipações ocorreram em 25/09/1987 (Luiziana), 04/07/1990 (Rancho Alegre d'Oeste) 25/10/1990 (Farol) Quarto Centenário (29/04/1992). As instalações, respectivamente ocorreram em: 01/01/1989, 01/01/1993, 01/01/1993 e 01/01/1997 (SOUZA 2016).

⁹ A população economicamente ativa, ou simplesmente população ativa, compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que constituem a força de trabalho do país. Abrangem os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados etc.

¹⁰ No Censo, foi considerada como ocupada a pessoa que trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, ou parte deles. A pessoa que não trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que, nos últimos 2 meses, tomou alguma providência para encontrar trabalho, foi considerada como desocupada. Elaboração IPEA, baseado no Censo Demográfico

caracterizando-se como município com menor dependência do meio rural nas questões relacionadas à ocupação de mão-de-obra (Tabela 5).

Tabela 5 – Luiziana: População Ocupada Total, População Ocupada Urbana e Rural- 2000 e 2010

Variável/ Ano	2000	2010
População Ocupada - Total	2.653	3.264
População Ocupada - Urbana	1.379	1.915
População Ocupada - Rural	1.274	1.349

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

Com referência aos Censos 2000 e 2010, no município de Luiziana a maioria da PO encontrava-se na zona urbana, com participação de 51,98% e 58,67% das pessoas ocupadas, respectivamente, enquanto que a PO rural de 2000 se apresentava com 48,02% do total da PO, comprovando que à medida que passam os anos a participação PO urbana foi mais significativa em função o esvaziamento populacional da zona rural (Tabela 5).

As participações relacionadas a PO urbana e rural são resultados matemáticos mais expressivos mais para a PO urbana, devido ao processo de mecanização da agricultura que cada vez ocupa-se de menor número de mão-de-obra. Especificamente sobre a população ocupada rural, essa perde força e o grau de urbanização começa a se sobressair.

Segundo Borges (2015), o esvaziamento populacional da zona rural, pelas características regionais está vinculado com o êxodo rural¹¹ e as oportunidades de trabalho e geração de renda que estão vinculados à natureza da economia como um todo na região.

Após as análises referentes aos Censos Demográficos de 1991; 2000 e 2010 a População Economicamente Ativa e População Ocupada, separados pelas áreas: urbana e rural evidenciamos os estudos sobre o grau de urbanização do município de Luiziana (Tabela 6).

Tabela 6 – Luiziana: Grau de Urbanização (%)- 2000/2007/2010.

Ano	Grau de Urbanização (%)
2000	54,88
2007	60,38
2010	65,02

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

¹¹ Fator decisivo para a mudança da vida rural para a vida urbana iniciou na década de 1970.

Segundo IBGE (2016), a taxa de urbanização brasileira foram as seguintes: 1991 (75,59%), 2000 (81,23%) e 2010 (84,36%), enquanto no Estado do Paraná no ano de 1991 possuía 73,36% de sua população em áreas urbanas, passando para 81,41%, em 2000 e em 2010 o grau de urbanização passou para 85,33%. Na mesma referência Luiziana contava com 54,88%, 60,38% e 65,02%, respectivamente.

Considerando os extremos, de 1991 para 2010, a variação do grau de urbanização do município de Luiziana atingiu a 18,48%, enquanto isso, a variação no Brasil foi de 11,6% e no Estado do Paraná com crescimento de 16,32%.

Esses resultados sobre as taxas de urbanização revelam que o município de Luiziana está entre os municípios menos urbanizados da região e comparativamente as médias do Estado e do Brasil possui taxas bem inferiores conforme retratado nessa análise.

Borges (2015) argumenta que o processo de urbanização, além de ter provocado grande transformação na distribuição geográfica da população do Estado Paraná gerou intensos impactos na estrutura urbana e nas condições de gestão das cidades, que devem utilizar dinâmicas diferenciadas para administrar os súbitos crescimentos das demandas sociais e de infraestrutura de maneira geral. Isso ocorreu mesmo em municípios em que houve declínio da população total, porque juntamente com esse processo houve também na maioria deles a inversão local da população do campo para a cidade.

Assim, julgamos pertinente destacar que todo processo de urbanização fica sujeito a cuidados, isso porque a urbanização sugere não somente a dinâmica da organização do espaço urbano, como também a condição de vida dos habitantes de seu território, ou seja, investimentos em políticas públicas de infraestrutura urbana e regional, serviços de saneamento básico, educação, saúde e transporte público que são os mais visíveis para aguentar um projeto decrescimento sustentável (BORGES, 2015).

Como Santos (2008, p. 36) escreveu: “o crescimento da população urbana se faz sempre em detrimento do campo ou das pequenas cidades”, isto é com o passar do tempo, a tendência é de que o grau de urbanização dos municípios brasileiros seja cada vez abrangente em função, principalmente, ao avanço tecnológico observado na agropecuária paranaense.

Seguindo as análises, reportaremos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que é sustentado para avaliar as condições de núcleos sociais (Tabela 6). O IDH-M mede o nível de desenvolvimento humano através das dimensões de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1

(desenvolvimento humano total). O município de Luiziana, no ano de 2010 foi contemplado com IDH-M de 0,668 classificados como um desenvolvimento humano médio (PNUD, 2013).

Tabela 7 – Luiziana: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

Variável/Ano	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,346	0,530	0,668
IDHM - Longevidade	0,667	0,694	0,781
IDHM - Educação	0,116	0,370	0,580
IDHM - Renda	0,534	0,581	0,659

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Apuramos que entre as dimensões há diferenças existentes entre os IDH-M (educação, longevidade, renda e renda per capita) mostrando as potencialidades nos níveis de desenvolvimento do município que basicamente está constituído de economia menos industrializado. O IDH-M na dimensão Educação é o mais baixo do município de Luiziana, porém, apresentou o maior crescimento médio entre as dimensões, ou seja, em uma análise entre os Censos de 1991, 2000 e 2010, alcançou uma evolução de 137,87%, enquanto que a dimensão Longevidade cresceu 8,3% e na dimensão Renda o incremento de 11,12%.

Segundo Borges (2015), os IDH-M mais próximos de 1 podem refletir em novos investimentos, mão-de-obra qualificada e expectativas de melhor condição de vida. Entretanto, os municípios com IDH-M como Corumbataí do Sul (0,638), Nova Cantú (0,658) e Iretama (0,665) e Luiziana (0,668) apresentaram os piores IDHM da região e são suscetíveis, com esses resultados, as dificuldades econômicas, sociais e populacionais que se encontram.

No município de Luiziana identificamos o crescimento do IDH-M ao longo dos Censos com significativos avanços, sobretudo na educação. O município com atividades econômicas mais primárias apresenta índices menores devido às dificuldades econômicas mais acentuadas justamente por não se utilizar do processo de agregação de valor em sua produção primária.

Após o tratamento dos assuntos demográficos e sociais selecionados, passaremos a seguir analisar os principais dados econômicos do município de Luiziana para preparação da finalização do presente trabalho.

4.3 DADOS ECONÔMICOS

Como visto anteriormente por meio das pesquisas realizadas no campo dos fundamentos teóricos, dados e informações nos conduziu à análise da dinâmica do Município de Luiziana a partir de 2010 se consolidou com pequeno município emancipado e com autonomia política, econômica e social. Enquanto isso diferentes atitudes foram aplicadas ao longo do período, resultados também diferentes entre os setores econômicos se mostram e acabam clareando os motivos de políticas públicas mais bem sucedidos.

Dessa forma, entendemos iniciar as análises pelo Índice de Gini de 2010, que os municípios que despontam com mais elevada renda per capita na Mesorregião Centro Ocidental estão muito inclinados à concentração de renda, tendo em vista que os Índices de Gini mais elevados estão nas pequenas localidades. Mesmo nos municípios de Campo Mourão, Goioerê, Ubiratã, Mamborê, Engenheiro Beltrão, Araruna e Terra Boa que tem o *status* de mais desenvolvidos economicamente, a diferença no nível de renda per capita municipal é bastante significativa.

A seguir trataremos sobre o coeficiente de Gini que é um indicador que mede o grau de concentração de renda e, o município de Luiziana apresentou um valor de 0,48 de acordo com o Censo de 2010. Metodologicamente o coeficiente de Gini tem os seguintes parâmetros: varia entre que significa perfeita igualdade de renda e 1 mostra total desigualdade de renda. Por isso, quanto mais próximo de 1 a concentração de renda fica mais evidente e quanto mais perto de à desigualdade é menor entre as rendas das pessoas. Diante dos dados apresentados temos um valor que indica média concentração de renda no município (Tabela 8).

Tabela 8 – Luiziana: Índice de Gini¹² Geral–1991/2000/2010.

Ano	Índice de Gini - Geral
1991	0,62
2000	0,54
2010	0,48

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

¹²Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1(um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. (IPARDES, 2015).

Comparado com o coeficiente do Estado do Paraná: 0,60 (1991), 0,60 (2000) e 0,53 (2010) com os índices de Luiziana em igual período (Tabela 7) o município de Luiziana de tem um maior grau de desigualdade de renda, portanto maior concentração que a média do Estado.

Observamos que a comparativamente entre os três Censos, os níveis de concentração de renda vem aumentando de década após década ao mesmo tempo em que os níveis populacionais também vêm diminuindo. Esse é um fator que merece atenção por parte dos gestores para evitar o esvaziamento da população local.

Com base na fundamentação teórica, na caracterização dos municípios e na base de dados a análise das variáveis, no início, contemplou-se com as variáveis econômicas: PIB, Valor Adicionado Bruto e Fiscal, Valor Adicionado Fiscal, Financiamentos na Agricultura e Pecuária.

A Tabela 9 nos mostra os dados referente ao Produto Interno Bruto¹³ (preços correntes e per capita), para tornar os valores e análises mais reais deflacionamos os valores a preços constantes de 2013.

Baseado nas conceituações sobre a variável PIB, elaboramos com dados do IBGE e do IparDES o desempenho da economia de Luiziana. Para a composição das análises a Tabela 9 fornece subsídios para o entendimento do comportamento desse fenômeno econômico dentro do espaço geográfico local.

Tabela 9 – Luiziana: Produto Interno Bruto a preços correntes e per capita com valores deflacionados a preços constantes de 2013, período de 2010 a 2013.

Ano	PIB per Capita (R\$ 1,00)	Variação (%)	PIB deflacionado (R\$ 1.000,00)	Variação (%)
2010	21.089	-	154.272	-
2011	24.309	15,27	177.407	15,00
2012	29.026	19,40	211.369	19,14
2013	32.481	11,90	243.183	15,05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado. .

¹³Para analisar o comportamento do PIB de um país é preciso diferenciar o **PIB nominal ou PIB a preços correntes e do PIB real ou PIB corrigido/deflacionado**. PIB nominal calcula a preços correntes, ou seja, no ano em que a mercadoria foi produzida e comercializada, e PIB real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base para eliminar o efeito da inflação, e o PIB real é o mais indicado para análises (BACEN, 2012).

Considerando a atualização dos valores, o PIB de Luiziana apresentou avanços significativos, se ajustando de R\$ 154 milhões em 2010 para mais de R\$ 243 milhões no ano 2013, enquanto o PIB per capita saiu a R\$ 21.089 em 2010 para R\$ 32.481.

Considerando valores deflacionados, no município de Luiziana, o período 2010-2011 foi responsável por 15% de crescimento do PIB; em 2011-2012 o crescimento foi de 19,14% e no período de 2012-2013 o crescimento foi 15,05%. Essas relevantes variações foram motivadas pela dinâmica do agronegócio devido à importância desse segmento no contexto da economia local, principalmente quando comparado com o crescimento do PIB do Estado e do Brasil que apresentaram resultados bem inferiores aos de Luiziana¹⁴.

Em relação ao PIB per capita com valores deflacionados constatamos que as variações seguiram basicamente os mesmos índices do PIB, assim no período de 2010-2011 em a variação de 15,27%; no período de 2011-2012 aumentou para 19,4%, enquanto que no período 2012-2013 o índice reduz para 11,9% que ficou abaixo do crescimento do PIB.

Assim, segundo Borges (2015) as análises dos valores disponibilizados pelos Institutos de Pesquisas nos remete ao entendimento de que:

Os dados estatísticos do PIB nos levam a avaliar como a estrutura política e institucional de um município pode afetar o nível de renda, além de dar suporte para que as políticas públicas promovam o desenvolvimento. O desempenho dos municípios da região medidos pelo PIB a preços constante e PIB per capita se refletem em indicadores para a tomada de decisão de cunho governamental e estratégias empresariais que venham auxiliar no desenvolvimento local e regional motivando a entrada e/ou ampliação de investimentos (BORGES, 2015, p. 229).

As riquezas do município de Luiziana, apesar do baixo crescimento nacional, foram consolidadas com variações absolutamente saudáveis, mas sempre o alerta das situações são merecedoras de diagnósticos mais profundo para rastreamento das causas de perdas indesejáveis, notadamente quando nos referimos ao período 2012-2013 que apresentou quedas no indicador em relação ao período anterior.

Na sequência analisaremos a evolução do Valor Adicionado Bruto por setor da economia do município de Luiziana, considerando os valores corrigidos com o objetivo de identificar as tendências e as prospecções para o município (Tabela 10).

¹⁴ De acordo com dados do IBGE e Iparde, o crescimento do PIB do Brasil foi de 2010-2011 (2,7%), 2011-2012 (0,9%) e 2012-2013 (2,3%), enquanto que no Paraná em iguais períodos, respectivamente, foi de 7,63%, 4,6% e 10,61%.

Tabela 10 – Luiziana: Evolução do Valor Adicionado Bruto a preços Básicos em valores deflacionados a preços constantes de 2013, período de 2010 a 2013(R\$ 1.000,00).

Ano	Variável			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2010	75.553	7.166	63.324	146.042
2011	85.675	8.441	73.555	167.671
2012	105.093	12.824	81.942	199.860
2013	123.490	12.318	94.041	229.848

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

Os dados da Tabela 9 nos mostra que ao longo do período analisado no município de Luiziana com características na agropecuária sua principal atividade econômica. A grande participação do agronegócio reflete no perfil do setor terciário. O resultado desse perfil agropecuário acaba impactando no setor terciário. Apesar do Valor Adicionado Bruto (VAB) estabelecer mais vínculos ao setor agropecuário, o setor serviços está mais bem distribuído na composição dos setores econômicos local.

Enquanto o setor secundário referendado pelas indústrias apresenta uma tímida participação do VAB significando uma política industrial quase inexistente, a qual poderia com instalações de se sistemas agroindústrias processar a matéria-prima oriunda da agricultura, fortalecendo futuras empresas agroindustriais, como alimentos e abatedouros ou algo que se assemelhe a esses ramos industriais. A expansão da capacidade de processamento e os investimentos das empresas do ramo como a Coamo Agroindustrial Cooperativa, por exemplo, seriam fundamentais para o resultado local e regional.

No caso específico de Luiziana o setor primário, que em décadas anteriores, continua se constituindo na principal atividade econômica, apesar de que grande parte dos municípios da região e do Estado vem perdendo participação ao longo deste período, principalmente para o setor de serviços.

A participação média do VAB no período 2010-2013 tem a agropecuária com 52,29%; a indústria com 5,43% e em relação ao setor terciário, em média, durante o período correspondeu a 42,29% da média do VAB total.

Esses indicadores confirmam a predominância do setor agropecuário, seguido do setor de serviços e o fraco desempenho da indústria, essa poderia contribuir em uma melhor arrecadação para o município, além de motivar a criação de outros ramos de atividade na forma da chamada externalidade econômica.

Após a análise do VAB, trataremos em seguida sobre a evolução do Valor Adicionado Fiscal - VAF¹⁵. A relevância do VAF para a economia local é sumamente necessária para as pretensões do município para melhorar as condições de vida das cidades, visto que esta receita é usada em investimentos nos setores sociais, educacionais e de infraestrutura, revertendo esses benefícios àqueles que se esforçam em preencher e entregar as declarações dentro do prazo estabelecido. O VAF é apurado pelo Estado através da Declaração Anual de Movimento Econômico e Fiscal (DAMEF), que é um documento de entrega anual e obrigatória para todos os contribuintes do ICMS (SEFA, 2016).

Por meio da Tabela 11 mostraremos o comportamento dos setores econômicos para o desenvolvimento econômico de Luiziana, durante o período 2010-2015.

Tabela 11 – Luiziana: Evolução do Valor Adicionado Fiscal em valores deflacionados a preços constantes de 2015, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).

Ano	Variáveis				
	Produção Primária	Indústria	Serviços	Recursos / Autos	Total
2010	188.713.697	12.565.910	41.581.099	5.477.812	248.338.517
2011	209.839.169	13.606.104	73.941.227	5.579.462	302.965.962
2012	260.270.212	13.487.831	64.963.071	951.328	339.672.441
2013	226.339.566	10.800.007	83.289.065	3.972.847	324.401.485
2014	225.996.484	8.674.286	86.613.844	274.281	321.558.896
2015	288.444.498	8.778.296	70.907.463	499.033	368.629.290

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

O Valor Adicionado Fiscal do município de Luiziana é muito diferente entre os municípios numa proporção muito grande se levarmos em consideração a diferença populacional, área territorial, entre outros parâmetros, para se orientar a média do VAF durante o período de 2010-2015 foi R\$ 317,6 milhões representando uma variação de 48,44% entre os anos 2010 e 2015¹⁶.

Segundo Borges (2009), o VAF serve para apontar importantes opções de desenvolvimento econômico, integrantes do processo produtivo, desde a extração de matéria-

¹⁵ O valor adicionado fiscal (VAF) corresponde à diferença entre o valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo ICMS e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil. (SEFA, 2011).

¹⁶ Quanto mais alto for o índice, maior poderá ser o valor do repasse. Com isso, melhorarão as condições de vida das cidades, visto que esta receita é usada em investimentos nos setores sociais, educacionais e de infraestrutura, revertendo esses benefícios àqueles que se esforçam em preencher e entregar as declarações dentro do prazo estabelecido (SEFA, 2016).

prima até a comercialização do produto final ao último consumidor, auxiliando na identificação do perfil econômico do município.

Considerando a média de participação das atividades econômicas durante o período apontou o setor primário que respondeu, em média durante o período 2010-2015, pela significativa parcela de 73,36% do VAF total do município, significando que exerce papel relevante para a economia local dada a dinâmica do efeito multiplicador em toda a cadeia produtiva. Na indústria a participação é irrelevante com apenas 3,66% não se detecta uma atividade do ramo industrial com potencialidades eminentes e de impacto que podem contribuir com o município em termos de emprego, renda e arrecadação municipal. O setor terciário respondendo em média por 22,06% do VAF total sendo a segunda posicionada entre os setores econômicos do município. Em relação aos recursos/autos¹⁷ a participação média é de 0,96% (Tabela 11).

Resumindo o comportamento do VAF no município de Luiziana permite visualizar uma distribuição de praticamente 75% com maior impacto financeiro no setor primário e o secundário como um ponto ainda carente; em relação ao setor terciário tem impactado financeiramente com intensidade média na renda do município.

O município de Luiziana como está sendo até aqui caracterizado por uma economia mais robusta na atividade agropecuária nos motivou a discussão sobre os financiamentos que movem esse setor. A Tabela 12 tem a finalidade de mostrar os montantes utilizados pelos agricultores para a gestão de suas propriedades o que tem levado aos mais altos índices de renda para o município.

Tabela 12 – Luiziana: Financiamentos na Agricultura e Pecuária com valores deflacionados a preços constantes de 2015, período 2010 a 2015.

Ano	Financiamentos a Agricultura	Financiamentos a Pecuária	Total Financiamento
2010	78.594.098	4.235.237	82.829.335,00
2011	96.634.785	7.516.266	104.151.051,00
2012	112.499.068	8.483.726	120.982.794,00
2013	125.700.944	9.957.019	135.657.963,00
2014	133.318.042	11.001.199	144.319.241,00
2015	125.836.536	12.124.026	137.960.562,00
Total	672.583.473	53.317.473	725.900.946,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado. .

¹⁷ Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporadas ao Valor Adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência (SEFA, 2016). .

O montante deflacionado dos financiamentos aos agropecuaristas do município de Luiziana foi de R\$ 726 milhões, dos quais R\$ 672 milhões destinados à agricultura e R\$ 53 milhões para a pecuária, significando que 92,65% dos recursos fossem direcionados para o plantio e colheita, especialmente da cultura da soja e 7,35% para os rebanhos da pecuária.

Os montantes financiados mostram a importância do setor primário para a economia local, comprovados quando avaliados os valores adicionados bruto e fiscal que claramente despontam a relevância dessa atividade para o desenvolvimento municipal.

A atividade agropecuária possui um conjunto de custos relacionados ao processo produtivo, dentre elas a reposição e modernização de máquinas, implementos e benfeitorias, além da recuperação do capital investido. Para arcar com esses custos, os produtores rurais frequentemente fazem uso do crédito rural para poderem implementar todas essas ações. Visando melhorar a quantidade da produção, e assim, usufruir de maiores lucros. Devido suas características de produção, o setor agropecuário está sujeito a riscos maiores que outras atividades econômicas, sendo que esses riscos podem influenciar no atendimento das necessidades dos produtores quanto aos recursos para financiamento da produção (LIMA, 2011, p. ii).

O financiamento total cresceu em média 11,2% durante o período 2010-2015, com destaques para o período 2010-2011 com elevação de 25,74% nos valores reais e no período 2014-2015 em que ocorreu uma queda de 4,41% quando a política monetária já vinha apresentando dificuldades na oferta de moeda com políticas monetárias mais restritivas¹⁸.

Na preocupação com os resultados do setor primário e com os financiamentos para fomentar a agricultura e a pecuária, seguir retrataremos estudos sobre o Valor Bruto da Produção (VAP) no município de Luiziana para entendermos os efeitos multiplicadores da política monetária, nesse caso, em relação aos financiamentos realizados e o que formalmente ocorreu registro do valor da produção (Tabela 13).

Tabela 13 – Luiziana: Valor Bruto da Produção no período de 2010 a 2015 em valores deflacionados a preços constantes de 2015 (R\$ 1,00).

Variável	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agricultura	184.486.016	188.148.690	206.053.229	235.002.551	244.983.390	210.690.700
Florestais	3.394.987	8.159.040	8.951.411	5.502.864	6.075.883	3.998.009
Pecuária	36.073.227	46.923.401	33.721.099	36.987.299	57.600.865	39.067.745
Total	223.954.231	243.231.130	248.725.739	277.492.713	308.660.138	253.756.454

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

¹⁸ Uma política monetária restritiva ocorre quando as autoridades monetárias promovem reduções nos meios de pagamento (BALBINOTO NETO, 2005).

A economia do município de Luiziana tem uma forte relação com a agropecuária e em especial com a produção agrícola, com 89,51%, em média, de contribuição durante o período 2010-2015 ao setor conforme demonstrado na Tabela 12. A soja tem a maior participação no VBP, respondendo em média por 52,92% do total da produção agropecuária do município.

O melhor desempenho financeiro ocorreu em 2014, devido ao preço das commodities e o clima favorável para o cultivo e a colheita do principal produto agrícola da região, o que rendeu o VBP superior a R\$ 300 milhões. Entre os 25 municípios da Mesorregião Centro Ocidental, o município de Luiziana é o 9º no *ranking* do Valor Bruto da Produção com base no ano de 2010, ficando atrás, pela ordem, de: Ubiratã, Mamborê, Campo Mourão, Goioerê, Campina da Lagoa, Terra Boa, Roncador e Araruna (IPARDES, 2016).

O município de Luiziana, um dos mais novos municípios da região, apresenta resultados do VBP superior a importantes e tradicionais municípios da Mesorregião Centro Ocidental, como Peabiru, Engenheiro Beltrão e Barbosa Ferraz.

Após as análises pertinentes a produção e riquezas do município de Luiziana, passaremos a abordar sobre a evolução das receitas pública municipal que inclui a arrecadação própria mais as transferências recebidas da União e dos estados (Tabela 14).

Segundo Frega et al. (2008), receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas conforme previstos nos orçamentos públicos, normalmente as despesas ficam a mercê da restrição orçamentária dos municípios.

Nos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes¹⁹ que exercem influências na arrecadação. No período 2010-2015, as receitas correntes sem as deduções foram responsáveis em média por 94,37% das receitas totais, que são observadas a partir da elevação das transferências governamentais de nível federal e estadual durante o período em análise.

¹⁹ Receitas Correntes - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes (STN, 2016).

Tabela 14 – Luiziana: Evolução das Receitas Municipais em valores deflacionados, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).

Anos	Receitas Correntes	Deduções da Receita Corrente	Receitas Correntes Líquidas	Receitas de Capital	Receitas Totais = Receitas Correntes + Receitas de Capital
2010	20.687.935	3.510.314	17.177.621	898.980	21.586.915
2011	22.738.999	3.919.336	18.819.663	989.642	23.728.641
2012	22.558.296	3.849.045	18.709.251	1.469.604	24.027.900
2013	25.017.279	0,00	25.017.279	1.021.574	26.038.853
2014	26.984.628	0,00	26.984.628	3.084.890	30.069.518
2015	24.061.161	0,00	24.061.161	1.012.205	25.073.366

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

A Receita de Capital²⁰ representou apenas 5,63% na média das receitas totais do município (Tabela 14). O maior valor ocorreu em 2014 em função de uma variação considerável acima de 200% de aumento em relação a 2013, porém em 2015 a queda foi de 67,19%, demonstrando que é necessário um maior esforço na busca de recurso, para investimentos com intuito de promoção de desenvolvimento de Luiziana.

A dedução das receitas correntes para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

As receitas correntes do município de Luiziana, durante o período 2010-2015 cresceu 3,41%. Considerando o ano imediatamente anterior verificamos que os crescimentos negativos em 2012 (-0,79%) e 2015 (-10,83%), apesar de que em 2011, 2013 e 2014 tivemos crescimento positivo de 9,91%, 10,9% e 7,86%, respectivamente. A baixa média foi reflexo das taxas negativas de 2012 e 2015.

Em média as deduções das receitas correntes legais não comprometeram as receitas corrente no período 2010-2013. Em valores reais as deduções significam 17,09% da receita corrente. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional – STN a partir 2008, dos valores do FPM, FPE, IPI - Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

²⁰ Receitas de Capital - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital (STN, 2016).

Dando sequência nos estudos sobre receita, trataremos a seguir sobre as receitas próprias do município, em que disponibilizaremos dos valores referentes ao contexto da receita tributária municipal (Tabela 15).

Tabela 15 – Luiziana: Evolução da Receita Tributária período de 2010 a 2015 em valores deflacionados a preços constantes de 2015 (R\$ 1,00).

Ano	IPTU	IRRF	ITBI	ISSQN	Taxas	Contribuição de Melhoria	Total
2010	168.291	238.134	262.355	288.959	311.495	0,00	957.738
2011	153.250	251.929	542.406	275.964	317.185	0,00	1.223.549
2012	147.428	276.085	408.885	250.517	300.076	0,00	1.082.913
2013	105.261	294.682	349.068	156.142	301.782	5,82	905.153
2014	107.416	344.940	556.299	282.333	260.064	0,00	1.290.988
2015	91.831	380.961	268.355	255.342	226.475	0,00	996.488

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado.

A análise conjunta das principais fontes de arrecadação própria mostra que o IPTU é o imposto de valor mais baixo, enquanto que o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Móveis (ITBI) são os principais impostos da arrecadação própria do município. Eles representam em média 64,65% de participação da arrecadação própria total.

Os resultados na arrecadação própria do município refletiram em crescimento médio de 3,93% durante o período 2010-2015, graças ao desempenho do ITBI e IR que muito contribuíram para esse índice médio, visto que tivemos crescimento negativo nos anos de 2011 (-11,49%), 2012 (-16,41%) e 2015 (22,81%). No entanto tal resultado se comparado com os índices de inflação de igual período que em média atingiu a 6,75%, pode-se dizer que em valores precisam melhorar para que não haja perda econômicas.

Deduzimos que por conta do momento econômico, muitos impostos municipais são passíveis de instabilidades, além da sazonalidade na arrecadação que é peculiar no serviço público, como por exemplo, no primeiro semestre o comportamento da arrecadação, normalmente, é mais saudável que o comportamento de arrecadação do segundo semestre em virtude da própria gestão pública.

As Transferências Constitucionais da União, do Estado para os municípios do período 2010-2015 serão tratadas a seguir (Tabela 16). Os valores correspondentes às transferências correntes e de capital estão somadas, porém em média as receitas de capital correspondem a 5,74% das receitas correntes totais.

Tabela 16 – Luiziana: Evolução das Transferências Constitucionais, período 2010 a 2015 em valores deflacionados (R\$ 1,00).

Ano	Variável			
	União	Estado	Outras	Total
2010	10.408.390	9.781.986	2.061.496	22.251.873
2011	11.564.434	10.850.880	2.371.406	24.786.720
2012	11.564.597	10.668.155	2.408.105	24.640.857
2013	9.879.241	9.014.128	3.027.988	21.921.357
2014	10.472.506	10.055.159	3.304.338	23.832.004
2015	8.544.711	10.423.537	2.781.124	21.749.372

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES - Base de Dados do Estado.

No período de 2010-2015, as Transferências Constitucionais apresentaram como evolução real dos repasses de competência, principalmente, da União e do Estado para o município de Luiziana, uma dinâmica relativamente estática, exceto o ano de 2013 em que os repasses caíram aproximadamente 15% devido às dificuldades econômicas que se prenunciavam no Brasil a partir daquele ano, notadamente pelo Governo Federal que restringiu o repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM em 2015 em 18,41%. A participação das transferências União responde em média no período 2010-2011 é de 44,86%.

Em relação aos repasses do Estado que tem no Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços – ICMS como o mais relevante dos repasses depois da redução ocorrida no ano de 2013 retomou o crescimento dessa arrecadação nos anos posteriores como 11,55% e 3,66%, respectivamente. A participação das transferências do Estado responde em média no período 2010-2011 é de 43,68%.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2016), não são desprezíveis as receitas oriundas de outras transferências que podem ser advindas, por exemplo, de contribuições e doações a governos por instituições privadas; doações de pessoas físicas e receitas recebidas através de transferências de convênios firmados com ou sem contraprestação de serviços. Nesse particular, o município de Luiziana recebe a expressiva participação média de 11,46% dessa categoria em relação ao total das Transferências, considerando o período 2010-2015.

As transferências totais seguiram o mesmo ritmo por metodologicamente representar o somatório dos repasses devidos ao município com quedas substanciais nos anos de 2013 e 2015, de 11,04% e 8,74% respectivamente, e que de fato compromete as atividades inerentes

ao município e exige mudanças no planejamento econômico financeiro e nos reflexos sociais. As transferências da União e do Estado são equivalentes, com leve superioridade da União.

As receitas municipais dependem sobremaneira das Transferências Constitucionais, notadamente do FPM e do ICMS pelos volumes financeiros indispensáveis para o município e principalmente para o gerenciamento do município. Com essas referências nos preocupamos com essas variáveis que trataremos através dos dados disponibilizados na Tabela 17.

Tabela 17 – Luiziana: Relação da arrecadação do ICMS e a Transferência do FPM, período de 2010 a 2015, em valores deflacionados, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).

Ano	ICMS	FPM	Relação ICMS/FPM
2010	152.106	5.686.423	2,67
2011	67.259	6.578.175	1,02
2012	313.761	6.383.401	4,92
2013	34.389	6.498.879	0,53
2014	84.305	6.570.270	1,28
2015	40.702	6.264.808	0,65

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado. .

Os números mostram que as maiores contribuições estão com os repasses do FPM que representam, em média, 25,41% das receitas totais de Luiziana. Durante o período 2010-2015 apenas nos anos de 2012 e 2015 em que apresentaram quedas de 2,96% e 4,65%, respectivamente, considerando o ano imediatamente anterior, apesar dos baixos índices de redução desses repasses comprometeram o município refletindo negativamente na poupança do município quando comparado à relação despesa/receita mencionada no Gráfico 4.

A evolução do FPM apresentou resultados mais significativos no período 2010-2011 momento em que as transferências cresceram 15,68% o que não ocorreu nos períodos seguintes que foram marcados por quedas e nos anos de 2012 e 2015 e tímidas evoluções nos períodos 2012-2013 e 2013-2014 com menos de 2%.

Com relação ao ICMS verificamos os baixos valores que corresponderam, em média, no período 2010-2015 por apenas 1,85% dos valores do FPM, mostraram que os municípios extremamente dependentes da agricultura, como são os casos dos municípios: Rancho Alegre D'Oeste, Quarto Centenário, Farol e Boa Esperança cujas características são idênticas ao município de Luiziana, devido às fragilidades no comércio e indústria.

A evolução das transferências do ICMS sinalizou quedas significativas nos anos de 2011, 2013 e 2015 com relação ao ano imediatamente anterior apontando, respectivamente, os índices negativos de 55,78%, 89,04% e 51,72%.

A seguir analisaremos sobre a evolução das despesas efetuadas pelo município de Luiziana, com olhar para os valores deflacionados a preços constantes de 2015 conforme Tabela 18.

Tabela 18 – Luiziana: Evolução das Despesas Municipais em valores deflacionados, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).

Ano	Variável		
	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
2010	17.178.790	2.517.802	19.696.592
2011	19.012.811	3.681.460	22.694.271
2012	19.985.003	1.938.970	21.923.973
2013	21.755.288	3.505.017	25.260.305
2014	21.636.956	2.569.728	24.206.683
2015	22.050.502	1.961.939	24.012.441

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado. .

Para o cumprimento das despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município de Luiziana depende da arrecadação própria e das transferências constitucionais, para efetivar os pagamentos das despesas, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio e investimentos.

De acordo com a Tabela 18 a proporcionalidade entre despesas de capital e despesas correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios. Em Luiziana, considerando o período 2010-2015 em média de 88,25% das despesas correntes estiveram comprometidas com despesas totais e as despesas de capital com 11,75% das despesas totais. Nessa análise observamos uma baixa participação das despesas de capital, significando recursos limitados para a execução de investimentos de capital no município.

Com o intuito de mostrar o destino das receitas orçamentárias, elaboramos a Tabela 19 para delinear as despesas por função e analisar as principais contas em que ocorreram as maiores participações em relação às despesas orçamentárias totais do município de Luiziana.

As despesas por função refletem as prioridades para a alocação dos recursos que disponíveis. Esse tipo de análise mede a destinação dada aos recursos arrecadados e/ou

transferidos em que o gestor público planeja cumprir a Lei das Diretrizes Orçamentárias na prestação de serviços básicos como saúde, educação e transporte além, de infraestrutura visando o desenvolvimento local.

Tabela 19 – Luiziana: Despesas por Função, período 2010- 2015 (valores nominais R\$1,00)

Variável	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Legislativa	0,00	0,00	0,00	1.058.717,16	0,00	0,00
Administração	1.768.778,09	1.927.039,42	2.093.761,55	2.290.070,88	2.895.993,02	3.420.448,44
Defesa Nacional	26.372,52	28.994,08	35.252,67	30.018,61	53.064,22	64.319,44
Assistência Social	917.828,36	737.135,98	868.521,58	795.854,26	1.063.687,16	1.477.969,46
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	900.197,45	0,00	,0,00
Saúde	2.534.317,23	3.328.693,16	3.529.386,58	4.310.218,91	4.635.358,63	5.060.221,54
Educação	3.242.196,80	4.939.721,00	4.615.322,16	5.457.509,92	6.300.373,05	6.952.146,55
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.300,00
Urbanismo	1.382.516,55	1.624.427,26	1.398.654,77	1.732.594,21	1.495.926,77	2.009.923,07
Habitação	192.600,00	325.060,00	78.268,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	561.960,46	311.209,69	285.972,10	637.821,38	765.918,45	674.455,09
Gestão Ambiental	51.207,26	263.576,83	434.011,26	354.308,00	425.085,19	471.809,82
Indústria	0,00	0,00	0,00	13.310,00	15.798,00	18.916,72
Comércio e Serviços	366.040,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Energia	152.799,59	391.334,76	330.901,57	210.880,28	347.863,58	702.645,23
Transporte	1.812.730,12	2.065.523,20	2.563.936,05	1.960.718,21	2.862.194,54	1.711.804,56
Encargos Especiais	131.043,68	148.178,48	167.857,05	169.252,22	225.142,17	451.839,99
Intraorçamentária	567.095,33	652.935,48	786.650,53	893.834,29	0,00	0,00
Total Geral	14.011.352,42	17.125.320,76	17.569.777,08	21.369.584,03	21.753.693,48	24.012.441,25

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Teoricamente as despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital. No município de Luiziana a saúde, educação, administração e transportes durante período 2010-2015 apresentam os maiores gastos.

Os gastos mais relevantes foram direcionados para a Saúde (26,95%), Educação (20,03%), Administração (12,34%) e Transportes (11,51%). Essas despesas correspondem 70,83% do total das despesas totais e 54,66% das receitas totais, demonstrando a importância dessas atividades para o município.

O município de Luiziana não apresenta nenhuma despesa para as funções significativas em relação à indústria e serviços e comércio o que a torna mais fragilizada, principalmente quando se busca o desenvolvimento econômico.

As despesas por função apresentou crescimento real nos anos de 2011 e 2013 de 15,22% coincidentemente para os dois anos e redução de 3,39% em 2012; 4,17% em 2014 e 0,8% em 2015 sempre considerando o ano imediatamente anterior.

O Gráfico 3 mostra os montantes dos gastos do município de Luiziana em valores deflacionados a preços constantes de 2015 que é o reflexo da evolução das despesas por função durante o período 2010-2015.

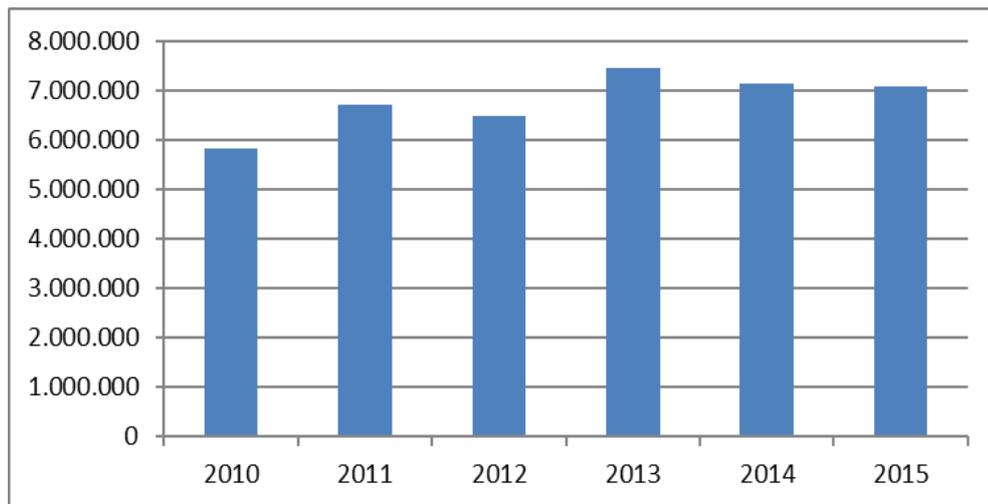


Gráfico 3 – Luiziana: Despesas por Função em valores deflacionados a preços constantes de 2015, período de 2010 a 2015 (R\$ 1,00).

Fonte: IPARDES.

Os dados mostram que no ano de 2013 em valores reais os gastos superaram ao ano de 2015 levando-se em consideração os gastos com a Administração e Educação que tiveram pequenos incrementos induzidos pelo aumento com gastos de pessoal.

A evolução das despesas por função apontou alguns picos significativos, em 2011 e 2012, considerando o ano imediatamente anterior a taxa de crescimento foi de igual valor, ou seja, a variação em ambos os períodos foi de 15,22%, porém em 2013, 2014 e 2015 na mesma metodologia tivemos decréscimos de 3,39%, 4,17% e 0,8%, respectivamente.

Essas quedas de gastos ocorreram em função da redução nas despesas de esporte e lazer, urbanismo, despesas intraorçamentárias, legislativa, entre outras.

Para analisar o comportamento das receitas e das despesas do município, apresentamos em forma gráfica para distinguir e comparar os níveis financeiros e a gestão das finanças públicas municipais (Gráfico 4).

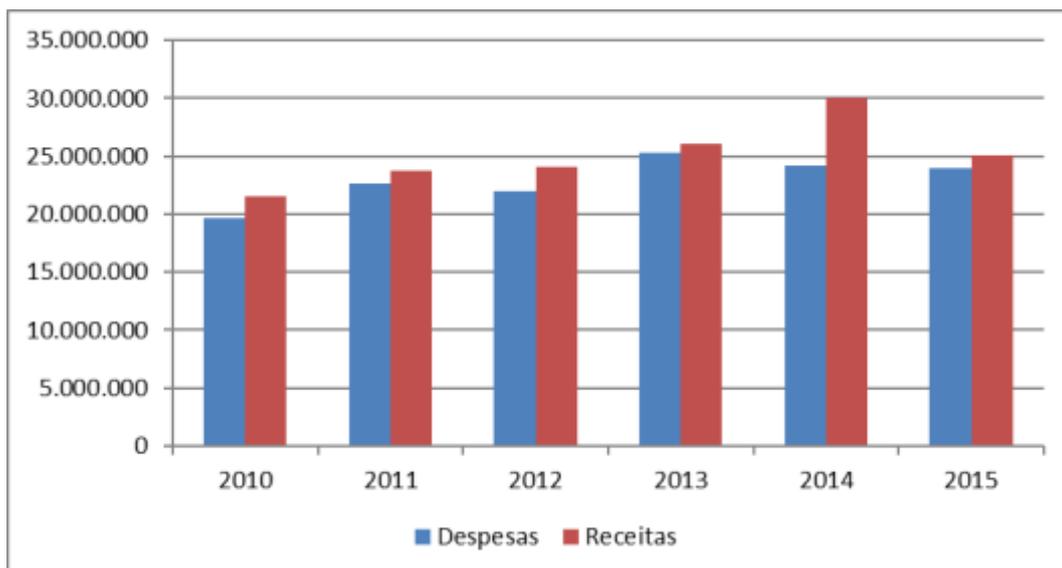


Gráfico 4 – Luiziana: Comparativo de Receita total e Despesa total, período de 2010 a 2015.

Fonte: IPARDES

As receitas e despesas públicas indicam a capacidade de inversão do poder público municipal influenciando diretamente sobre a movimentação financeira. O município de Luiziana não apresentou déficits. O maior volume de poupança (Receita – Despesa) ocorreu no ano de 2014 com o valor de R\$ 5.862.835,00; a maior dificuldade foi detectada no ano de 2013 com valor de R\$ 778.548,00, esses resultados indicam que as contas públicas do município estão equilibradas.

A maior despesa registrada ficou por conta dos gastos com pessoal e encargos sociais que tiveram os seguintes comportamentos em relação a as receitas totais: 2010 (43,45%), 2011 (41,66%), 2012 (44,51%), 2013 (51,17%), 2014 (39,36%) e 2015 (50,65%).

Quando nos referimos a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que é resultado da equação: Gastos com Pessoal em relação a Receitas Corrente Líquida (RCL), identificamos que exceto o ano de 2014, os demais anos do período em análise estão comprometidos, principalmente o ano de 2012 que excedeu o limite da LRF, conforme dados a seguir: 2010 (54,6%), 2011 (52,52%), 2012 (57,16%), 2013 (53,26%), 2014 (43,86%) e 2015 (52,78%), ou seja, estão no limite de alerta, quando consideramos que limite máximo estabelecido é 54% da RCL. Esses dados preocupam sobremaneira os níveis de investimentos dentro do município, obrigando o município a recorrer a recursos externos que pode inviabilizar sua capacidade de investimento.

4.4 COMPARATIVO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS DA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL: A PARTIR DE LUIZIANA

Com o objetivo de demonstrar a realidade recente entre os municípios emancipados da região, com olhar direcionado para o município de Luiziana em comparação com os municípios de Farol, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste. Para tanto, trataremos das variáveis econômicas que compõem o PIB e as finanças públicas municipais e as variáveis demográficas e sociais, entre elas Índice de Gini, IDH-M, população censitária e população economicamente ativa, além dos estabelecimentos que movem atividades agropecuárias, saúde, RAIS e Ensino.

Os municípios emancipado politicamente da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense entre 1987 e 1992 obedecem as seguintes datas e decretos autorizatórios:

Quadro 4 – Mesorregião Centro Ocidental: Municípios emancipados no período 1987-1992

Municípios	Emancipação	Instalação	Decreto
Farol	25/10/1991	01/01/1993	9.785/91 de 25/10/1991
Luiziana	29/09/1987	01/01/1989	8.549/87 de 25/09/1987
Quarto Centenário	29/04/1992	01/01/1997	9.959/92 de 29/04/1992
Rancho Alegre D'Oeste	04/07/1990	01/01/1993	9.311/90 de 04/07/1990

Fonte: IBGE(2015)

Como se observa as instalações ocorreu em anos posteriores às emancipações políticas, lembrando que os municípios de Luiziana e Farol eram Distritos de Campo Mourão e os municípios de Quarto Centenário e Rancho Alegre do Oeste eram Distritos de Goioerê.

4.4.1 Dados Demográficos e Sociais

Passamos as análises mais de cunho social e demográfico dos municípios emancipados (Tabela 20). Para tanto, estaremos discutindo sobre a população censitária, ocupada, economicamente ativa, IDH-M, Índice de Gini, taxa de pobreza e exclusão social.

Tabela 20 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Índices Sociais dos municípios de pequeno porte, 2010.

Indicador	Farol	Luiziana	Quarto Centenário	Rancho Alegre D'Oeste
Índice Gini	0,490	0,480	0,610	0,440
IDH-M	0,715	0,668	0,710	0,704
Indicador	Farol	Luiziana	Quarto Centenário	Rancho Alegre D'Oeste
Taxa de Pobreza (%)	13,49	11,45	10,08	8,82
Exclusão Social	0,599	0,591	0,612	0,647

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

O Índice de Gini do município de Luiziana apresenta o segundo menor índice entre os municípios em relação ao ano correspondeu a 0,48 que está entre o índice abaixo de 0,5 da região de Campo Mourão, significando que o grau de concentração do município de Luiziana está entre os menores e com isso o esforço na descentralização da renda pode ser vista de forma concreta baseado na redução da taxa de pobreza. A desigualdade medida pelo Índice de Gini diminuiu de 0,54 em 2000 para 0,48 em 2010, no caso de Luiziana. Ao contrário ocorreu com o município de Quarto Centenário que aumentou de 0,52 para 0,61 do ano de 2000 para 2010 que aumentou a grau de concentração de renda o que ratifica esse resultado “O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada, para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística” (HOLANDA et al., 2006, p. 3).

As taxas de pobreza de Luiziana, assim como para os demais municípios houve redução significativa nesses indicadores, tomando como exemplo, o município de Luiziana saiu de 66,7% em 1991 e 37,55% no ano de 2000 para 11,45% no Censo de 2010. Em sequência e no mesmo sentido, o índice de exclusão social (IES) melhorou em todos os municípios e com destaque para o município de Rancho Alegre D'Oeste. Dessa forma, o índice de exclusão social desses municípios os anos de 2000 e 2010 retrata a evolução havida no processo de inclusão e exclusão social, pois em 2000 O IES foi de 0,446 (Farol), 0,445 (Luiziana), 0,435 (Quarto Centenário) e 0,459 (Rancho Alegre D'Oeste).

Considerando os registros do Atlas de Exclusão Social (2003) “o fenômeno da exclusão surge não apenas para aqueles segmentos sociais que já estiveram incluídos em algum momento do tempo, mas também para aqueles que jamais passaram pela condição de inclusão” (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 10).

As pesquisas e análises se estendem ao IDH-M com olhar para os municípios emancipados nos mostra que exceto o município de Luiziana, os demais municípios com IDH-M superior a 0,7 estão classificados no grupo de Alto Desenvolvimento Humano que contempla os municípios que se situam entre 0,700 e 0,799.

Os níveis de IDH-M não deixam de ser preocupantes para os municípios quando os indicadores sociais como a taxa de pobreza e exclusão social que refletem as principais causas para o baixo padrão de desenvolvimento, como é o caso do município de Luiziana.

Em função do indicador em valores menores que os demais municípios emancipados, Luiziana precisa se mobilizar para melhorar a condição e a qualidade de vida da população, assim Borges (2015) propõe que:

A população dos municípios da mesorregião; a classe empresarial; as entidades e as organizações civis e de classes; os poderes públicos das três esferas político-administrativas e as entidades de financiamento e fomento são os principais atores para formação do processo de desenvolvimento regional e que na integração dos municípios em relação a esses atores, venham até o próximo Censo dar sinais de melhoras para os indicadores ruins do IDH-M e outros indicadores sociais como taxa de pobreza, resultados econômicos com PIB, renda per capita, empregos (BORGES, 2015, p. 236).

Essa reflexão nos leva a dizer que o efeito multiplicador por conta da melhoria do IDH-M reflete em novos e futuros investimentos e mais emprego que podem possibilitar o desenvolvimento e criar expectativas de melhor condição e qualidade de vida.

A Tabela 21 mostra o comparativo populacional do Censo Demográfico população censitária e sobre população ocupada e economicamente ativa dos municípios mais recentemente emancipados referente ao ano de 2010.

Esses dados sugerem uma prévia análise do dinamismo mais consistente a partir do crescimento populacional que é um dos parâmetros para aprimorar o desenvolvimento local.

Tabela 21 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Índices Demográficos dos municípios emancipados, 2010.

Indicador	Farol	Luiziana	Quarto Centenário	Rancho Alegre D'Oeste
População Censitária	3.472	7.315	4.856	2.847
População Ocupada	1.562	3.264	2.226	1.310
PO Urbana	923	1.915	1350	1052
PO Rural	639	1349	876	258
População Econ. Ativa	1.708	3.434	2.361	1.349
PEA Urbana	1.020	2.054	1.435	1.091
PEA Rural	688	1.380	926	258

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Analisando os níveis populacionais dos municípios vemos que Luiziana com uma área territorial superior aos demais municípios detêm maior quantidade de habitantes, que, diga-se de passagem, é muito importante para o fortalecimento da economia local, no entanto, a administração pública terá que acomodar a crescente população em condições satisfatórias e criar condições de emprego e renda para, pelo menos, manter a população no local.

Para que isso aconteça, há necessidade de políticas públicas alternativas de promoção de condições mínimas de desenvolvimento, como por exemplo, incentivos a indústria, comércio e tratar a agropecuária como setor econômico de elite e desencadeadora de geração de emprego, renda e produção.

O IBGE Censo – Cadastro Geral de Empresas no ano de 2010 mostra que a população ocupada (PO) no município Luiziana com 3.264 pessoas representou cerca de 40% da PO em relação aos municípios emancipados, ficando Farol (18,68%), Quarto Centenário (26,62%) e Rancho Alegre D'Oeste (15,07%).

Enquanto que a População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios emancipados e particularmente do município de Luiziana para o ano de 2010 são significativas para comparação com a PO. Assim com 3434 pessoas em condições de trabalho, Luiziana representa 38,79% da PEA desses municípios, assim Farol com 19,30%, Quarto Centenário com 26,67% e Rancho alegre D'Oeste com 15,24% complementam a totalidade da PEA.

A População Economicamente Ativa (PEA) tem maior representatividade na zona urbana em todos os municípios, sendo que Luiziana corresponde 59,81%, Farol com 59,72%, Quarto Centenário 60,78% e Rancho Alegre D'Oeste 80,87%. Isso demonstra que o grau de urbanização desses municípios começa a despontar, apesar de que os resultados econômicos da agropecuária predominar. Da mesma forma, a População Ocupada (PO) tem na zona urbana sua maior concentração de trabalhadores em atividade em todos esses municípios. A PO urbana Rancho Alegre do Oeste continua com o melhor desempenho (80,31%), enquanto que Luiziana tem a pior participação com 58,67%, mas a maior participação com 41,33% em relação à PO total.

Esses dados levam a reflexão para adoção de políticas públicas de incentivos a criação de empregos para suportar os níveis de demanda por trabalho, bem como promover o desenvolvimento econômico do município através dos setores econômicos que possam dar a sustentabilidade, levando-se em consideração que a PEA, apesar das projeções de queda segue a tendência de aglomerações da população em áreas urbanas, para isso é necessário que o setor produtivo deva responder com as possibilidades de oferta de emprego e serviços

necessários ao atendimento das necessidades básicas de sobrevivência à população econômica ativa atual e futura.

4.4.2 Atividades Econômicas

Dentro das atividades econômicas dos municípios emancipados analisaremos com os valores do PIB a preços correntes e PIB per capita referentes ao ano de 2013 por ser o mais recente levantamento do IBGE em relação a essa variável. Na Tabela 22 exibimos os valores do PIB a preços correntes e per capita do ano de 2013 para mostrar a superioridade do município de Luiziana e de Quarto Centenário.

Tabela 22 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Produto Interno Bruto a preços correntes e per capita dos municípios emancipados, 2013 (em Reais).

Município	PIB preços correntes (R\$ 1.000,00)	PIB per capita (R\$ 1,00)
Farol	113.806	32.930
Luiziana	243.183	32.481
Quarto Centenário	173.178	35.436
Rancho Alegre D'Oeste	101.134	35.263

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Como primeira forma de esboçar o cenário do PIB total dos municípios de Luiziana, Farol, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste são apresentados na Tabela 22. Mostra que Luiziana possui o PIB superior a R\$ 240 milhões em 2013 e Quarto Centenário acima de R\$ 170 milhões e Farol e Rancho Alegre D'Oeste construíram um PIB bem menor. Esses dados mostram que economicamente Luiziana leva uma vantagem substancial em relação aos municípios mais recentemente emancipados devido às vantagens comparativas no setor agropecuário.

O PIB per capita de Luiziana foi menor que os demais municípios emancipados da região, significando que em média as riquezas dos municípios comparados se tornaram mais expressivas, principalmente o Rancho Alegre D'Oeste.

O PIB a preços correntes de Luiziana como analisado anteriormente é mais expressivo entre esses quatro municípios, o mesmo não ocorreu com o PIB per capita chegou a R\$ 32.481 – enquanto o PIB Quarto Centenário em que o PIB a preços correntes é cerca de R\$ 70 milhões menor, possui o melhor PIB per capita entre os municípios em tela no ano de 2013.

O desafio para esses municípios será diversificar sua base produtiva e sua capacidade de atuação para reverter à dinâmica econômica. A economia desses municípios tem forte papel na agropecuária que contribui para o desempenho regional e a dependência econômica do agronegócio.

Entre os municípios emancipados no período 1987-1992 da região, Quarto Centenário, Rancho Alegre do Oeste e Farol, o município de Luiziana tem ampla vantagem comparativa nessa análise considerando os valores de 2015 (Gráfico 5).

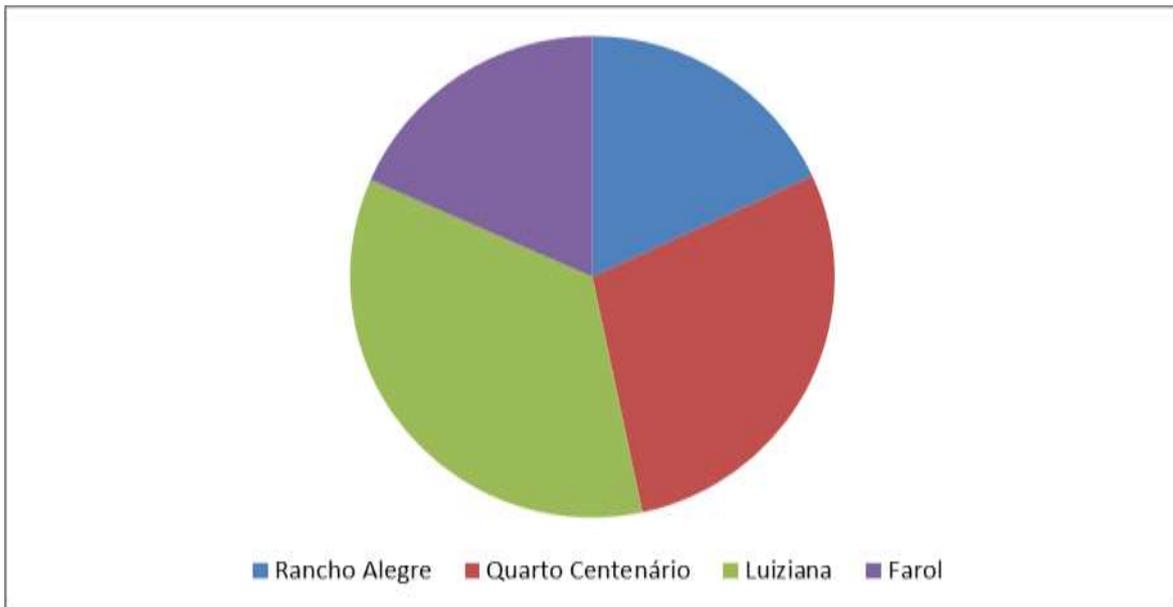


Gráfico 5 – Luiziana: Comparativo do Valor Bruto da Produção durante o ano de 2015.

Fonte: IPARDES.

Na comparação entre os municípios emancipados, Luiziana detêm 34,93% do VBP, seguido de Quarto Centenário (28,55%), Farol (18,4%) e Rancho Alegre d'Oeste (18,13%). Esses dados que representam o mais importante economicamente para os municípios elencados mostram a relevância da agropecuária para Luiziana e as diferenças financeiras entre as economias desse bloco.

As receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de investimento dos municípios, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira, para tanto, a Tabela 23 faz um comparativo sobre as receitas totais, receitas tributárias, transferências correntes do FPM e ICMS dos municípios emancipados em análise.

Tabela 23 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Receitas e Despesas dos municípios emancipados, 2015 (R\$ 1,00).

Variáveis	Farol	Luiziana	Quarto Centenário	Rancho Alegre D'Oeste
Receitas Totais	14.716.820	24.061.161	17.765.766	14.121.309
Receitas Tributárias	509.014	1.222.963	813.507	627.519
Variáveis	Farol	Luiziana	Quarto Centenário	Rancho Alegre D'Oeste
FPM	6.264.808	6.246.808	6.264.808	6.246.808
ICMS	37.923	40.702	316.958	3.530
Despesas Totais	13.217.390	24.012.441	18.063.024	12.500.398

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

Os municípios de Farol, Luiziana, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste, tomando por base o ano de 2010, apresentaram valores diferenciados, logicamente, pelo tamanho de cada município, população e produção agropecuária, entre outros. As despesas foram superiores a receitas orçamentárias somente no município de Quarto Centenário indicando desequilíbrio nas contas públicas do município.

O município de Luiziana, no ano de 2010, comprometeu 99,8% das receitas com as despesas municipais, em Quarto Centenário as despesas corresponderam a 101,67%, sendo esses dois municípios os que mais gastaram entre os quatro municípios emancipados.

As Transferências Constitucionais do Governo Federal, através do FPM foram iguais por força dos coeficientes adotados que são os mesmos para esses municípios conforme consta na Tabela 23. Enquanto o ICMS, com exceção do município de Quarto Centenário, os demais municípios apresentaram níveis financeiros baixíssimos dessa modalidade de transferência.

Considerando uma análise per capita em relação às receitas, despesa se receitas tributária que origem da divisão dessas variáveis pela população censitária, teve os seguintes resultados: i) a receita total o município de Luiziana é que apresenta o mais baixo valor R\$ 3.289,00 o mais elevado ficou com Rancho Alegre D'Oeste R\$ 4.960,00; ii) na despesa total Luiziana ficou com o mais baixo valor R\$ 3.283,00, enquanto que o município Rancho Alegre D'Oeste com R\$ 4.960,00 foi maior gasto do governo; iii) na receita tributária Luiziana ficou com o terceiro menor valor R\$ 167,00 e o maior valor foi de Rancho Alegre D'Oeste no valor de R\$ 220,00,

Esses valores mostram que Luiziana tem baixo desempenho nas receitas (total e tributária), porém apresenta o menor gasto per capita. Isso remete a entender que há necessidade de políticas fiscais mais adequadas, principalmente na arrecadação própria pela

diferença percebida entre os municípios de Luiziana e Rancho Alegre D'Oeste, lembrando que se trata do mais e menos populoso município emancipado da região.

Na sequência das análises comparativas entre os municípios emancipados da região nos reportamos à quantidade de estabelecimentos, iniciando pelo agropecuário com dados de 2006 mais os de saúde, RAIS e Ensino dados de 2015, referente ao município de Farol, Luiziana, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste (Tabela 24).

Tabela 24 – Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Estabelecimentos nos municípios emancipados, 2015 em quantidade.

Variáveis	Farol	Luiziana	Quarto Centenário	Rancho Alegre D'Oeste
*Agropecuário	248	460	300	424
Saúde	4	7	5	5
RAIS	64	247	106	83
Ensino	5	5	5	4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no IPARDES- Base de Dados do Estado

* 2006

O Setor agropecuário devido ao êxodo rural de anos anteriores, no ano de 2006 contabilizou 1432 estabelecimentos nos quatro municípios emancipados, com a seguinte distribuição: no município de Farol correspondendo a 17,32%; Luiziana com 32,12%; Quarto Centenário 20,05% e Rancho Alegre D'Oeste com 29,61% do total do setor agropecuário.

No ano de 2015 no Setor de Saúde, o município de Luiziana foi responsável por 33,33%, enquanto que no município de Farol 19,05% dos estabelecimentos, em Quarto Centenário 23,81% e no município de Rancho Alegre D'Oeste do total de estabelecimentos do segmento saúde.

Pela Relação Anual de Informações Sociais -RAIS²¹ mostra que o município de 49,4% dos estabelecimentos se encontra nesse segmento econômico de Luiziana, igualando

²¹De acordo com o Decreto 76.900/75 DO Governo Federal, todos os empregadores são obrigados a entregar, no prazo estipulado por cronograma de entrega do MTE, a RAIS devidamente preenchida, com as informações referentes a cada um de seus empregados. Compõe a RAIS:

Empregadores urbanos e rurais, conforme definido no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e no art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, respectivamente; Filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior;

- Autônomos ou profissionais liberais que tenham mantido empregados no ano-base;
- Órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;
- Conselhos profissionais, criados por lei, com atribuições de fiscalização do exercício profissional, e as entidades paraestatais;
- Condomínios e sociedades civis; e
- Cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas.

praticamente aos três municípios emancipados devido à economia de maior volume desse município.

Em relação aos estabelecimentos de ensino, exceto o município de Rancho Alegre D'Oeste que sinalizou a menor participação no contexto desse segmento, os demais municípios emancipados em análise possui exatamente a mesma quantidade de estabelecimentos, cada um deles, portanto, está representado por 26,32% de participação do segmento.

Após a análise das referências de viés econômico, passamos as análises mais de cunho social e demográfico dos municípios emancipados (Tabela 23). Para tanto, estaremos discutindo sobre a população censitária, ocupada, economicamente ativa índice de Gini, IDH-M, taxa de pobreza e exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi de identificar, através das pesquisas realizadas, como o município de Luiziana, que é um dos muitos pequenos municípios brasileiros, se comporta como um município emancipado de Campo Mourão, no tocante as questões demográfica, sociais e econômicas com a finalidade de responder o questionamento: O município se apresenta com resultados econômicos e sociais capazes de se sustentar ou não?

Ressaltamos que fizemos um trabalho com algumas variáveis econômicas e sociais que entendemos serem suficientes para a elaboração desse trabalho, porém outras variáveis necessitam ser retomadas em investigações futuras para novas avaliações. No entanto, não encobrimos a dureza do trajeto e por mais esforço que fizemos algumas lacunas sempre faltam para construção de um trabalho científico.

Para analisar a dinâmica do município de Luiziana, os objetivos propostos no estudo foram possíveis à discussão ao longo do trabalho com o auxílio das referências bibliográficas, dos dados secundários que nos permitiram as análises de resultados, inclusive uma breve comparação entre os municípios emancipados da região de Campo Mourão.

O município de Luiziana está entre os maiores territórios da região. A agropecuária representa o maior valor adicionado bruto e fiscal. O Valor Adicionado Fiscal respondeu por 75% que é o maior impacto financeiro da economia local, enquanto que o setor secundário ainda é de baixa participação no contexto municipal; o setor terciário tem impactado financeiramente abaixo do setor primário.

Em relação ao PIB a preços correntes e PIB per capita corrigidos pelo deflator apresentaram crescimento médio de aproximadamente 15% no período 2010-2013, esses indicadores são lastreados pela produção agropecuária.

Como o destaque econômico está voltado ao setor agropecuário, levantamos os financiamentos para os agropecuaristas e comparando com o Valor Bruto da Produção (VBP) o efeito multiplicador de mais uma vez o retorno no período 2010-2015, ou seja, no período os financiamentos foram de R\$ 726 milhões e o VBP alcançou R\$ 1,56 bilhão.

Em relação às Finanças Públicas do município de Luiziana, ficou registrado variações da receita total maior que as despesas, porém, nos anos de 2011, 2013 e 2015 as despesas ficaram bem próximas às receitas originando alertas, principalmente com as despesas de pessoal e de custeio de forma geral e muito pouco, quase nulo ficaram os investimentos de capital. Outro fator preocupante é a baixa participação de 4,3% das receitas tributárias que são as receitas próprias do município em relação às receitas totais.

O município de Luiziana, assim como os demais pequenos municípios brasileiros é muito dependente das Transferências Constitucionais da União e do Estado que de acordo com o ano de 2015 elas representam 86,74% das receitas totais, com maior peso para o FPM que nesse mesmo ano representou 28,8% das Transferências Constitucionais, portanto um peso muito forte para a economia local. Enquanto que o ICMS é de baixo valor, devido às poucas relevâncias do setor industrial e comercial para o município.

As despesas por função do município se concentraram mais nas atividades ligadas a saúde, educação, administração e transporte e com baixa participação com as atividades comércio, indústria e agricultura justamente os setores econômicos que alavancam o desenvolvimento econômico, essa é uma área estratégica que os gestores municipais deverão incentivar para melhorar a distribuição de renda e emprego.

Podemos dizer que os assuntos econômicos relacionados à produção e as finanças públicas apresentaram evolução, porém algumas arestas ainda são visíveis como é o caso das oscilações do PIB, VAB, VAF, VBP, que foi em parte decorrente das crises macroeconômicas, mas que devem ser revistas, principalmente na preocupação de que os setores da indústria e do comércio e serviços que precisam de incentivos e políticas públicas mais contundentes para alavancar a geração de emprego e renda.

As análises sobre as questões demográficas e sociais mostraram uma queda acumulativa da população censitária (Censos de: 1991, 2000 e 2010). O maior reflexo desse fenômeno é comprovado pelo êxodo rural, devido à crescente tecnificação na agricultura e a elevação do grau de urbanização dos municípios relacionados e em grande parte dos municípios brasileiros. Assim identificamos que a população censitária urbana aumentou em detrimento a queda abrupta da população rural do município de Luiziana.

A População Economicamente Ativa (PEA) dos anos de 1991, 2000 e 2010 apresentou um processo de crescimento, com destaque para a área urbana, enquanto que a área rural apontou redução substancial quando comparado. A População Ocupada (PO) entre 2000 e 2010 do município aumentou em seu total e também nas áreas rural e urbana, com maior relevância na área urbana.

Na comparação entre a PEA e PO de 2010 tivemos como diferença de 170 pessoas economicamente ativa que está desempregada. Isso significa 4,95% o nível de desemprego no ano de 2010, enquanto que a nível nacional o desemprego atingiu 6,7% nesse mesmo ano. O grau de urbanização do município de Luiziana vai de encontro com os índices da PEA e PO, ou seja, vem crescendo em proporções semelhantes e com tendência de aumentar ainda mais

nos medidas dos próximos Censos o que é uma característica da maioria dos municípios brasileiros.

O município apresentou evolução acentuada no IDH-M, apesar de ainda não conseguir a pontuar 0,7 que é classificado como alto índice na concepção do PNUD. O índice de 2010 não chegou a atingir o grau desejado em função do resultado ruim na dimensão Educação, mas o importante é que as dimensões Longevidade e Renda estão bem distribuídas que, principalmente a dimensão Renda ajudou a colocar o município de Luiziana com o grau de concentração de renda está diminuindo Censo após Censo conforme o Índice de Gini.

Saindo de conclusões individualizadas sobre o município de Luiziana, passamos agora a algumas considerações do município em análise junto com os demais municípios emancipados da região. Inicialmente, tratamos dos indicadores sociais e demográficos do ano de 2010 e constatamos que apesar dos maiores valores financeiros de posse de Luiziana, os indicadores sociais não são os melhores, como é o caso do índice de Gini que aponta o município de Rancho Alegre D'Oeste como o melhor detentor desse índice que está medido em 0,44. Assim como o IDH-M, Taxa de Pobreza e Exclusão Social que outros municípios relacionados apresentam melhor desempenho. Como a população de Luiziana é a maior entre os municípios emancipados e por consequência a PEA e a PO também são maiores quantitativamente.

O desempenho de Luiziana em valores relativos (percentuais) da PO e da PEA quando comparados com a população censitária do ano de 2010 é inferior ao dos demais municípios emancipados, ou seja, Luiziana conta com 44,62% (PO) e 46,94% (PEA) esses valores foram superados pelos municípios: Farol, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste. A melhor PEA urbana foi de Rancho Alegre do Oeste enquanto Luiziana chegou à terceira posição de participação, significando que a PEA rural é relativamente significativa com 40,19% de participação. A População Ocupada urbana de Rancho Alegre do Oeste tem o melhor desempenho, enquanto que Luiziana tem a pior participação em relação ao total da População Ocupada.

Entre a quantidade de estabelecimentos nas áreas agropecuária, saúde, ensino e RAIS que dão a mobilidade econômica e financeira dos municípios, Luiziana com 719 estabelecimentos lidera o *ranking* dos municípios emancipados e para ratificar a importância da agropecuária na economia local com 460 estabelecimentos que são responsáveis por milhares de empregos na cidade e no campo.

O comparativo das Finanças Públicas, mais especificamente em relação às receitas tributária o município de Luiziana tem a maior participação em relação às receitas correntes

com 5,08% mostrando a maior racionalização na cobrança e fiscalização das receitas próprias municipais.

Para a maioria dos municípios emancipados a agricultura concentrada basicamente nas culturas da soja, milho e trigo é à base da economia. Nesses municípios detectamos ausência de atividade industrial e as receitas públicas dependem sobremaneira das transferências governamentais (pensões, aposentadorias, bolsa família, entre outros), e das transferências constitucionais gerando uma interferência estatal muito grande. Essa situação tem sido relevante nas pequenas cidades que mostram os problemas sociais relacionados à geração de emprego e renda e a perda de população.

Na contextualização dos indicadores econômicos, entendemos que há necessidade de inovar nas opções de gestão pública de Luiziana no sentido de criar possibilidades eminentes para uso racional dos recursos primários e estabelecer políticas de investimentos em infraestruturas capazes de atrair investimentos para as atividades econômicas ligadas aos setores de serviços e indústria, além de aprimorar sua principal referência que é a agropecuária, com isso contribuir na formação profissional e humana da sociedade.

Dessa forma, depois de longas horas e longos dias de pesquisas e orientações chegamos à conclusão que o município de Luiziana é muito forte economicamente, possui uma condição social relativamente controlada, com bons índices de taxa de pobreza, índice de exclusão social que mostram grande avanço que corroborado com baixo Índice de Gini e o IDH-M se aproximando de 0,7 que é um indicador de alto nivelamento de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, além de uma população que apresentou pelo menos um nível mínimo de crescimento entre 2000 e 2010 e que está se urbanizando cada vez mais, devido ao processo de mecanização da lavoura.

Entendemos que a melhoria dos indicadores sociais está atrelada a melhoria dos indicadores econômicos que venham proporcionar produção, emprego, renda e assim crescem as possibilidades de melhorar a arrecadação de impostos que venham atender as demandas sociais que possam mudar a direção dos indicadores sociais existentes.

Concluindo verificamos que as dinâmicas aplicadas no município de Luiziana, um pequeno município da Região de Campo Mourão foram realmente constatadas e de acordo com as informações contidas nesse trabalho, ratificamos que as nossas motivações para elaboração dessa monografia foram válidas, pois pudemos conhecer pontos que ainda são desconhecidos da maioria dos munícipes, mas que mostram a riqueza e os pontos que devem ser mais bem trabalhados para tornar uma cidade mais humana e que possam atrair novos habitantes através de emprego, renda e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alessandro. C. **O Processo de criação de municípios no Paraná**: as instituições e a relação entre executivo e legislativo de 1988. Curitiba, 2006.
- AMARANTE, Patrícia Araújo; MOREIRA, Ivan Targino. **A evolução dos gastos públicos por função e por grupo de despesas no período de 1980 a 2006**. João Pessoa, 2009.
- AMARAL, João J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal do Ceara, 2007.
- ANAIS da 5ª Semana Acadêmica e 4ª Semana do Servidor da UFU. Uberlândia-MG: UFU, 2008.
- BALBINOTO NETO. Giacomio. **Economia monetária**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- _____. **Inserção da região centro ocidental no cenário econômico do Paraná**: atividades industriais. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Paraná, Maringá, 2015.
- BEUREN, Ilse Maria, LONGARAY, André Andrade. Caracterização da pesquisa e contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria. (Organizadora). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BORGES, Paulo Roberto Santana. **Comparativo das dinâmicas de desenvolvimento econômico nos Municípios de Campo Mourão e Toledo - Paraná, durante o período de 1996 a 2006**. 2009. Dissertação (Mestrado Economia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2012.
- BRENNER, Neil. **Between fixity and motion**: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. Department of Political Science, University of Chicago, 1998. Disponível em: <<http://sociology.as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner.EPd.1998.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- CORRÊA, R. L. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **R. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro, ano 50, n. 1, p. 1-102, jan./mar. 1988.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. 2ª reimp. São Paulo: Ática, 2000.
- CORRÊA, S. F. Pacto federativo: distorções e consequências. **Tributação em Revista, Sindifisco Nacional**. Brasília – DF. Ano 18 n. 62, abr. - jun. 2012. 8f. Disponível em: <<file:///C:/Users/sansil/Documents/PROF.%20BETO/CAP.%20II/Tributos%20no%20Brasil%20%20arrecada%C3%A7%C3%A3o,%20etc/REFERENCIAS/tributacao62.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ano VII, nº11, 12 e 13, set./out., 2003.

CASTRO, Iná E. de. **O problema da escala**. In: GOMES, Paulo César da Costa, São Paulo: Papyrus, 1988, p. 59-94.

ENDLICH, Ângela Maria. Desafios da escala local no Brasil. In: **As novas geografias dos países de língua portuguesa** – paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal. CEI – Centro de Estudos Ibéricos, 2009.

_____. **Escala e território**: a perspectiva do município no Brasil. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Endlich.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. Escala e território: a perspectiva do município no Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (54).

_____. Para além de mil mancomunidades municipais na Espanha. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XIX, n. 1061, 5 de febrero de 2014.

ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FAVERO, E. **Desmembramento territorial**: O processo de criação de municípios – Avaliação a partir de Indicadores econômicos e sociais, São Paulo, 2004, Tese de Doutorado Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Engenharia Urbana.

FLORIDA, Richard. **Toward the learning region**, Futures, v. 27, p. 527-36, 1995.

FREGA, José Roberto; CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; SOUZA, Alceu. Definição da tipologia municipal baseada em fluxo de capital e urbanização através da análise multidimensional: caso do Estado do Paraná. **Gestão- Revista Científica de Administração**, v. 11, jul./dez, 2008.

GALVES, Carlos. **Manual de economia política atual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

GUIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS. **Para entender a economia**. Lisboa: Editora Caminho/The Economist, 1992.

HAUPT, A. & KANE, T.T. **Population handbook**: international edition. Washington DC: Pop Reference Bureau, 2000.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

HOLANDA, Marcos. C., GOSSON, Annúzia M.P.M. e NOGUEIRA, Cláudio A. G. **O índice de Gini como medida de concentração de renda**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza – CE, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 09 out. 2015.

IBGE. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Série Histórica**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso: em: 09 out. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Microdados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/Tabela1e.shtm>. Acesso em: 23 mar. 2014.

IBGE **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410755&idtema=118&search=parana|farol|Índice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>>. Acesso em: 23 out. 2015.

IBGE. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010**. Sala de Imprensa - 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>. Acesso em: 23 mar. 2014.

IBGE. **Estados** – Paraná. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

IBGE. **Quarto Centenário**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412065>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

IPARDES. **Banco de Dados do Estado: Área Territorial**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

IPARDES. **Caderno estatístico: município de Quarto Centenário**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87365>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Caderno estatístico: município de Farol**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 03 set. 2015.

_____. **Caderno estatístico: município de Luiziana**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Caderno estatístico: município de Quarto Centenário**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Caderno estatístico: Rancho Alegre D'Oeste**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM – 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná, Curitiba. 2003. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica centro-ocidental paranaense. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2015.

JANNUZZI, P.M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP** Rio de Janeiro 36(1): 51-72, 2002.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores e sistema de informação**: conceitos básicos. São Paulo: ENCE/IBGE, 2005.

JORGE, Kedley de Souza. **Análise da constitucionalidade dos municípios criados após a EC 15/96**: o caso “dos municípios inconstitucionais”, 2010. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5009>. Acesso em: 12 jan. 2016.

LAKATOS, Eva. M, MARCONI, Marina A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Simone Angelo de. **Financiamento agropecuário no Brasil**: a influência dos riscos na obtenção de crédito rural. 2011. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LONGO, Carlos Alberto; TROSTER, Roberto Luís. **Economia do setor público**. São Paulo, 1993.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. **Indicadores Econômicos**. [Coleção Gestão Empresarial, p. 27-41]. Curitiba 2002.

LORENZETTI, M. S. B. **Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios**. Consultoria legislativa. Câmara dos Deputados. Brasília, 2003.

MAIA, João C. de A. **O município**: estudos sobre a administração local. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger&Filhos, 1883.

MASCARENHAS, C. C. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades**: uma aplicação no município de Jacareí. 2006. Dissertação de Mestrado pelo Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, São Paulo.

MARKUSEN, A. Sticky Place in slippery space. **Economic geography**, 1995.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 33.

_____. **Direito municipal brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. **Direito municipal brasileiro**. 8. ed., São Paulo: Malheiros, 1996.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à lógica**. São Paulo: Nobel, 1978.

NOGUEIRA, Hugo Clapton. **Indicadores econômicos**: a definição e o uso do índice de movimentação econômica. Universidade Estadual da Bahia. Vitória da Conquista - BA, 2012.

NOGUEIRA, Hugo Clapton; SANTANA JÚNIOR, Gildásio; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. **O uso do índice de movimentação econômica no planejamento de pequenas e médias cidades**. In; Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Vitória da Conquista, 2012.

PALONI, Nelson A. **O estudo de viabilidade municipal e seu impacto no desenvolvimento nacional**. São Paulo, 2008. 138f.. Dissertação (Pós-Graduação em Filosofia do Direito e do Estado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Censo Demográfico 2010. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, Brasileira**. Brasília, 2013.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. **Atlas da exclusão social no Brasil**. Cortez: São Paulo, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANA. **Histórico do município**. Disponível em: <<http://luiziana.pr.gov.br/site/menu/historia>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Fernando. **Finanças públicas...** São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Fávila. **Direito eleitoral**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

RIANI, Flavio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Cristiane de Brito. O município no Brasil-Colônia. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, IX, n. 28, abr. 2006. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=1060&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 31 ago. 2016.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores Econômicos**, [s.l.], n.20, v.4. p.245-255, 1993.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SCUSSEL, M. C. B. **Emancipações no Rio Grande do Sul**: o processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPUR / UFRGS, 1996.

SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná. **Valor adicionado fiscal**. Curitiba, 2016.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manuais de Receita Nacional. Portaria Conjunta Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Orçamento Federal

nº 3, de 15 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC_131_Receitas.pdf>. Acesso: 06 dez. 2016.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva, **Monografias e Teses**. Brasília, 2005;

SMITH, N. Uneven development. Nature, capital and the production of space. Oxfors, Basil Blackwell Publisher, 1990.

SOARES, Antonio C. Otoni. **A instituição municipal no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

SOARES, Beatriz Ribeiro, & MELO, N. A. de. (2009, p. 36) *apud* MAIA, Doralice Sátiro. **Cidades médias e pequenas do Nordeste**: Conferência de Abertura. In: LOPEZ, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 15-41.

SOUZA, Adalberto Dias de. **Novos Municípios como espaços sociais e políticos: implicações do processo de emancipação político administrativa na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná** (Tese Doutorado) - Universidade Estadual do Paraná. Maringá, 2016.

TAVARES, Márcio Miguel. **Políticas públicas e pequenos municípios**: uma avaliação no Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

TESOURO NACIONAL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Glossário**. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp>. Acesso em: 05 dez. 2016.

TESOURO NACIONAL, **Secretaria do Tesouro Nacional**. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2016.

VAINER, C. B. As escalas do poder e das escalas: o que pode o poder local? In: Encontro Nacional da Anpur, n. 9, 2001. Rio de Janeiro. **Anais... Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001, v.1, p. 140-151.

WAKULICZ, Gilmar Jorge; SERPA, Ivone Maria. **Receitas próprias**: um estudo do município de Gramado dos Loureiros – RS. Chapecó, 2008.